



## **ACTA N.º 7/10**

- - - Aos dezassete dias do mês de Dezembro do ano dois mil e dez, no Auditório do Castelo de Santiago da Barra desta cidade de Viana do Castelo, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viana do Castelo, sob a presidência de Maria Flora Moreira da Silva Passos Silva. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Manuel Pinto da Costa e Porfírio Neves Afonso, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Viana do Castelo fez-se representar pelo seu Presidente, José Maria da Cunha Costa. Assistiram também à presente reunião os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Vítor Manuel Castro de Lemos, Ana Margarida Ferreira da Silva, Joaquim Luís Nobre Pereira, Maria José Afonso Guerreiro da Silva, Mário Guimarães, Antonio Carvalho Martins, Antonio José Amaral e Aristides Martins de Sousa. Pelas vinte e uma horas, foi declarada aberta a reunião com a presença de setenta e sete deputados municipais e a falta de quatro, conforme documento que se junta sob o número 1. - - - - -

- - - Uma vez que será feito registo magnético, apenas se fará referência às intervenções feitas durante a sessão da Assembleia Municipal. - - - - -

- - - A Presidente da Assembleia deu conhecimento dos seguintes documentos:-  
**PEDIDOS DE SUSPENSÃO DE MANDATO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTº 78º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO:-** Luis Manuel Miranda Palma (PS), pelo período de dois dias; César Levi Pinheiro (PS), pelo período de dois dias; Berta Maria Sá Santos (PS), pelo período de dois dias; Fátima Cristina Brito Melo (PS), pelo período de dois dias; Joana Rio da Silva (PS), pelo período de dois dias; Manuel Domingos Afonso de Miranda (PS), pelo período de trezentos e sessenta e cinco dias; Francisco Jaime

## **MANDATO 2009-2013**

Baptista Paço Quesado (PSD), pelo período de um dia; José Augusto Neiva de Sá (PSD), pelo período de um dia; João Pedro Cunha Cruz (PSD), pelo período de um dia, Joana Malheiro Novo (PSD), pelo período de um dia e Luis Filipe Oliveira Louro (BE), pelo período de quinze dias. A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar os referidos pedidos de suspensão de mandato. Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar a acta em minuta, nesta parte, para surtir efeitos imediatos. Os referidos Deputados Municipais foram substituídos pelos eleitos que se seguem na correspondente lista, respectivamente Fernando Manuel Armada Garcês (PS), João Campos Sardinha (PS), Maria da Luz Araujo Assunção (PS), Ilídio Matos Castelo (PS), Pedro Alexandre B. Amorim do Rego (PSD), João Paulo Costa Marinho (PSD) e Jorge Teixeira (BE) que iniciaram de imediato as suas funções como Deputados Municipais tendo em atenção que se encontravam presentes na sala e que a sua identidade é do conhecimento pessoal da Presidente da Assembleia. -----

**PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) N.º 1 ART.º 38.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO**, do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, que se faz substituir por José Maria Amieira Flores, do Presidente da Junta de Freguesia de Serreleis, que se faz substituir por António Borlido Parente, Presidente da Junta de Freguesia de Geraz do Lima Santa Maria, que se faz substituir por Jose Manuel Lopes Barbosa e do Presidente da Junta de Freguesia de Perre, que se faz substituir por Luis Fernando Moreira. Tendo em atenção que os substitutos se encontravam presentes na sala, e a sua identidade é do conhecimento pessoal da Presidente da Mesa, iniciaram de imediato as suas funções como Deputados Municipais.

- - - Seguidamente, foi submetida a aprovação a acta número 6/2010 da reunião da Assembleia realizada em 10 de Setembro e não se tendo registado qualquer intervenção, foi posta à votação tendo sido aprovada por maioria, com sete abstenções



de deputados que não estiveram presentes na referida reunião. -----

- - - Antes de iniciar o período de antes da ordem do dia, a Presidente da Assembleia deu conhecimento de diverso expediente recebido, bem como das acções desenvolvidas pela Comissão Permanente da Assembleia Municipal. -----

## **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

- - - Antes de iniciar o período da ordem do dia, a Presidente da Assembleia, em cumprimento do disposto no número 2 do artigo 27º do Regimento, deu conhecimento que chegaram à Mesa dois documentos, uma proposta do PSD (doc. nº 2) e um protesto sobre Portagens na A28 (doc. nº 3), de cujo teor foi dado conhecimento através da leitura dos mesmos, tendo de seguida informado que seriam postos à discussão e votados no final de todas as intervenções do período antes da ordem do dia. -----

- - - Passou-se de imediato ao período de antes da ordem do dia, tendo-se registado a intervenção dos seguintes Deputados Municipais:- Lobo Carvalho (doc. nº 4), Ana Novo (doc. nº 3), Martinho Cerqueira (doc. nº 5), Manuela Carvalho (doc. nº 6), Luisa Rocha (doc. nº 7), Manuel Salgueiro (doc. nº 8), José Carlos Freitas, José Carlos Resende, Presidente Junta de Perre, José Carlos Freitas (defesa honra), Eduardo Viana. -----

- - - Findas as intervenções dos deputados municipais inscritos, o Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos solicitados. -----

- - - **AUSENCIA DE DEPUTADOS MUNICIPAIS:-** Quando os trabalhos iam neste ponto ausentaram-se os seguintes deputados municipais Paulo de Azevedo Vilaverde Ribeiro, Jorge Miguel Maciel Cardoso Martins, Maria Alice Parente Ribeiro Martins e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Amonde, Barrocelas, Cardielos, Carreço, Meixedo, Montaria, Santa Marta de Portuzelo, Vilar de Murteda e Santa Maria de Geraz do Lima -----

- - - Por último, passou-se à votação dos documentos apresentados no início do período

## **MANDATO 2009-2013**

de antes da ordem do dia:-

- Proposta de Criação da Comissão de Urbanismo - Aprovada por unanimidade
- Proposta de Recomendação e Protesto - Portagens A28 - Aprovada por unanimidade

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- - - Passou-se, de seguida, ao período da ordem do dia, com os assuntos constantes do documento que se junta sob o n.º 9. -----

### **PONTO 1**

#### **INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA**

- - - A Presidente da Assembleia deu conhecimento que, em cumprimento do que dispõe a alínea e) n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro na sua actual redacção, foi distribuída pelos Deputados Municipais a informação escrita do Presidente da Câmara (documento n.º 10), não se tendo registado qualquer intervenção.

- - - **AUSENCIA E REGRESSO DE DEPUTADOS MUNICIPAIS:-** Quando os trabalhos iam neste ponto ausentaram-se o deputado municipal José Carlos Resende e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Carvoeiro, Chafé, Geraz do Lima Santa Leocádia e Vila Fria e regressarem os seguintes deputados municipais Paulo de Azevedo Vilaverde Ribeiro, Maria Alice Parente Ribeiro Martins e Presidentes das Juntas de Freguesia de Amonde, Barrocelas, Meixedo, Montaria e Vilar de Murteda -----

### **PONTO 2**

#### **PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANEAMENTO BÁSICO PARA 2011**

- - - A Presidente da Assembleia submeteu à apreciação da Assembleia Municipal a proposta referida em título, a qual foi aprovada na reunião camarária realizada em 22 de Novembro findo (doc. n.º 11). Tendo o Presidente da Câmara dado uma explicação sumária acerca deste assunto, registaram-se as seguintes intervenções:- Noé Rocha,



António Silva (doc. nº 12), Francisco Vaz (doc. nº 13), José Carlos Freitas (doc. nº 14),  
Eduardo Viana (doc. nº 15). - - - - -

- - - Findas estas intervenções, o Presidente da Câmara prestou esclarecimentos. - - -

- - - De seguida, foi submetida à votação da Assembleia Municipal a proposta da  
Câmara, tendo sido aprovada por maioria com 57 votos a favor dos Agrupamentos do  
PS, e JFI e dos Presidentes de Junta de Alvarães, Cardielos, Castelo de Neiva, Deão,  
Deocriste, Geraz Lima (St. Maria), Lanheses, Montaria, Nogueira, Sta. Marta  
Portuzelo, Areosa, Vila Mou, Vila Nova de Anha e Perre, 15 votos contra dos  
Agrupamentos do PSD e CDS/PP e 6 abstenções da CDU e BE. - - - - -

- - - Pelo CDS/PP, Alberto Sarria, foi apresentada declaração de voto (doc. nº 16). - - -

- - - **REGRESSO DE DEPUTADOS MUNICIPAIS:-** Quando os trabalhos iam neste ponto,  
regressaram os deputados municipais José Carlos Resende e os Presidentes de Junta  
de Freguesia de Carvoeiro, Chafé. - - - - -

### **PONTO 3**

#### **ADITAMENTO AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO PRAZO - INVESTIMENTOS PARA PARQUES EMPRESARIAIS**

- - - A Presidente da Assembleia submeteu à apreciação da Assembleia Municipal a  
proposta referida em título, a qual foi aprovada na reunião camarária realizada em 4  
de Novembro findo (doc. nº 17). Tendo o Presidente da Câmara dado uma explicação  
sumária acerca deste assunto, registaram-se as seguintes intervenções:- Jorge  
Teixeira, Eduardo Viana. (doc. nº 18). - - - - -

- - - Findas estas intervenções, o Presidente da Câmara prestou esclarecimentos. - - -

- - - De seguida, foi submetida à votação da Assembleia Municipal a proposta da  
Câmara, tendo sido aprovada por unanimidade. - - - - -

## **PONTO 4**

### **ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS**

- - - A Presidente da Assembleia submeteu à apreciação da Assembleia Municipal a proposta referida em título, a qual foi aprovada na reunião camarária realizada em 13 de Dezembro corrente (doc. n.º 19). Tendo o Presidente da Câmara dado uma explicação sumária acerca deste assunto, registaram-se as seguintes intervenções:- Paulo Marinho e José Carlos Freitas. - - - - -

- - - Findas estas intervenções, o Presidente da Câmara prestou esclarecimentos. - - -

- - - De seguida, foi submetida à votação da Assembleia Municipal a proposta da Câmara, tendo sido aprovada por maioria com 52 votos a favor dos Agrupamentos do PS, CDU, BE, JFI e dos Presidentes das Juntas de Carreço, Vila Mou, Lanheses, Alvarães, Outeiro, Nogueira, Castelo de Neiva, Deão, Montaria, Areosa e Perre e 4 votos contra dos Agrupamentos do CDS/PP e 15 abstenções dos Agrupamentos do PSD, CDU e BE. - - - - -

- - - **AUSENCIA DE DEPUTADOS MUNICIPAIS:-** Quando os trabalhos iam neste ponto, ausentaram-se os seguintes deputados municipais:- Pedro Alexandre Amorim do Rego e Presidente da Junta de Freguesia de Freixieiro de Soutelo. - - - - -

## **PONTO 5**

### **REABILITAÇÃO URBANA - ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO**

- - - A Presidente da Assembleia submeteu à apreciação da Assembleia Municipal a proposta referida em título, a qual foi aprovada na reunião camarária realizada em 15 de Novembro findo (doc. n.º 20). Tendo o Presidente da Câmara dado uma explicação sumária acerca deste assunto e não se registando quaisquer intervenções, foi submetida à votação da Assembleia Municipal a proposta da Câmara, tendo sido

aprovada por unanimidade. -----

## **PONTO 6**

### **DESAFECTAÇÃO DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL EM DARQUE**

- - - A Presidente da Assembleia submeteu à apreciação da Assembleia Municipal a proposta referida em título, a qual foi aprovada na reunião camarária realizada em 22 de Novembro findo (doc. n.º 21). Tendo o Presidente da Câmara dado uma explicação sumária acerca deste assunto, registaram-se as seguintes intervenções:- Jorge Teixeira, Vítor Lima, Martinho Cerqueira (doc. n.º 22). -----

- - - Findas estas intervenções, o Presidente da Câmara prestou esclarecimentos. - - -

- - - De seguida, foi submetida à votação da Assembleia Municipal a proposta da Câmara, tendo sido aprovada por maioria com 65 votos a favor dos Agrupamentos do PS, PSD, CDS/PP e JFI e 6 votos contra dos Agrupamentos da CDU e BE. -----

### **DURAÇÃO DA SESSÃO – ARTIGO 24º DO REGIMENTO**

- - - Dado o adiantado da hora, a Presidente da Assembleia, em cumprimento do disposto no número 3 do artigo 24º do Regimento, pôs à votação da Assembleia a continuação da reunião, uma vez que já se tinha esgotado a duração de 3 horas e 30 minutos, tendo sido deliberado por unanimidade interromper os trabalhos, os quais serão retomados no próximo dia 10 de Janeiro pelas 21 horas, no Auditório do Castelo Santiago da Barra. -----

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**

- - - De seguida, a Presidente da Assembleia fixou um período de 30 minutos para intervenção aberta ao público, tendo-se registado a intervenção de Armando Sobreiro (doc. n.º 23). -----

- - - Finda esta intervenção, o Presidente da Câmara prestou esclarecimentos. - - -

**MANDATO 2009-2013**

**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA**

- - - Nos termos do número 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi deliberado aprovar a acta desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, para o que a mesma foi lida e achada conforme por todos os Deputados Municipais presentes, pelo que foi deliberado aprovar a mesma. - - - - -

- - - E, nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta. - - - - -



Three handwritten signatures in blue ink. The top signature is a large, stylized cursive 'O'. The middle signature is a complex cursive script. The bottom signature is a cursive script that appears to read 'JOSÉ GONZ'.





Assembleia Municipal de Viana do Castelo

## FOLHA DE PRESENCAS

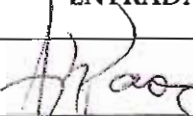
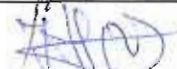
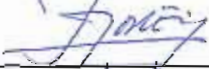

| MEMBROS ELEITOS                                     | REGISTO DE ENTRADA | PONTO ORDEM TRABALHOS |
|---|--------------------|-----------------------|
| Maria Flora Moreira da Silva Passos da Silva (PS)   |                    |                       |
| José Carlos Coelho Resende da Silva (PS)            |                    |                       |
| Luís Manuel de Miranda Palma (PS) - S               |                    |                       |
| Maria Emília Magalhães Barbosa (PS)                 |                    |                       |
| Manuel Pinto Costa (PS)                             |                    |                       |
| Manuel Augusto de Jesus Lima (PS)                   |                    |                       |
| Ana Maria Ribeiro Novo Antunes (PS)                 |                    |                       |
| César Levi Marques Pinheiro (PS) - S                |                    |                       |
| José Emílio da Rocha Antunes Viana (PS)             |                    |                       |
| Maria Adelaide Vieira Lousinha (PS)                 |                    |                       |
| Amândio Araújo Passos Silva (PS)                    |                    |                       |
| Victor Manuel de Abreu Barbosa (PS)                 |                    |                       |
| Berta Maria de Sá Santos (PS) - S                   |                    |                       |
| Paulo Jorge Costa Lains (PS)                        |                    |                       |
| Noé Martins da Rocha (PS)                           |                    |                       |
| Maria Gabriela Miranda Felgueiras Portela (PS)      |                    |                       |
| Tomás da Conceição Lima Ribeiro (PS)                |                    |                       |
| Marsal da Silva Pereira (PS)                        |                    |                       |
| Fátima Cristina Brito de Melo (PS) - S              |                    |                       |
| José Augusto Ribeiro dos Reis (PS)                  |                    |                       |
| Francisco Jaime Baptista do Paço Quesado (PSD) - S  |                    |                       |
| Maria Manuela do Vale Dias de Carvalho Lopes (PSD)  |                    |                       |
| Carlos Parente Antunes (PSD)                        |                    |                       |
| Ana Sofia Torres Faria (PSD)                        |                    |                       |
| José Augusto Neiva de Sá (PSD) - S                  |                    |                       |
| Paulo de Azevedo Vilaverde Ribeiro (PSD)            |                    |                       |
| Marisa Cristina de Castro Araujo (PSD)              |                    |                       |
| Eduardo Jorge do Paço Viana (PSD)                   |                    |                       |
| Victor José da Costa Lima (PSD)                     |                    |                       |
| Jorge Miguel Maciel Cardoso Martins (PSD)           |                    |                       |
| Maria Alice Parente Ribeiro Antunes (PSD)           |                    |                       |
| Agostinho Lobo de Carvalho (PSD)                    |                    |                       |
| José Carlos Rego da Silva Oliveira Freitas (CDS/PP) |                    |                       |
| Manuel Rodrigues Salgueiro (CDS/PP)                 |                    |                       |
| Alberto Sarria Pires (CDS/PP)                       |                    |                       |
| Ana Cristina Abreu Azevedo (CDS/PP)                 |                    |                       |
| Martinho Martins Cerqueira (CDU)                    |                    |                       |
| Luisa Raquel Marques da Silva Rocha (CDU)           |                    |                       |
| António Gonçalves da Silva (CDU)                    |                    |                       |
| Francisco Ribeiro Vaz (BE)                          |                    |                       |
| Luís Filipe Oliveira Louro (BE)                     |                    |                       |





| PRESIDENTE DE JUNTA   | REGISTO DE ENTRADA      | PONTO ORDEM TRABALHOS |
|---|-------------------------|-----------------------|
| Arlindo Manuel Sobral Ribeiro - AFIFE - I                       | [Handwritten signature] |                       |
| Fátima Cristina Pimenta Jaques - ALVARÃES - PSD                 | [Handwritten signature] |                       |
| José Paulo Coelho do Órfão - AMONDE - I                         | [Handwritten signature] |                       |
| Vasco Manuel Passos Lima - BARROSELAS - PS                      | [Handwritten signature] |                       |
| Maria Alexandrina Rodrigues Vieira Castilho - CARDIELOS - PSD   | [Handwritten signature] |                       |
| Joaquim Viana da Rocha - CARREÇO - PSD                          | [Handwritten signature] |                       |
| Casimiro José Alves Vieira de Araújo - CARVOEIRO - I            | [Handwritten signature] |                       |
| Augusto Pires Alves Bandeira - CASTELO DE NEIVA - PSD           | [Handwritten signature] |                       |
| José Filipe Penteado Ribeiro - CHAFÉ - I                        | [Handwritten signature] |                       |
| Jorge Serafim Costa Correia - DEÃO - PSD                        | [Handwritten signature] |                       |
| Hilário Teixeira Moreira - DEOCRISTE - PS                       | [Handwritten signature] |                       |
| Artur Borlido Ribeiro - FREIXEIRO DE SOUTELO - I                | [Handwritten signature] |                       |
| Carlos Alberto Faria Torres - GERAZ DO LIMA (STA. LEOCÁDIA) - I | [Handwritten signature] |                       |
| Armindo Dias Fernandes - GERAZ DO LIMA (STA. MARIA) - PSD       | [Handwritten signature] | S                     |
| Ezequiel da Silva Gomes do Vale - LANHESES - PSD                | [Handwritten signature] |                       |
| Américo Afonso da Balinha - MAZAREFES - PS                      | [Handwritten signature] |                       |
| Manuel Ilídio Gomes de Castro - MEIXEDO - I                     | [Handwritten signature] |                       |
| Carlos Manuel Correia Pires - MONTARIA - PSD                    | [Handwritten signature] |                       |
| José Alves Lima - MOREIRA DE GERAZ DO LIMA - PS                 | [Handwritten signature] |                       |
| Porfirio Neves Afonso - MUJÃES - I                              | [Handwritten signature] |                       |
| António Pereira da Costa - NEIVA - I                            | [Handwritten signature] |                       |
| Agostinho Sérgio Gonçalves Fernandes - NOGUEIRA - PSD           | [Handwritten signature] |                       |
| Amaro Gonçalves Rodrigues - OUTEIRO - PSD                       | [Handwritten signature] |                       |
| Vasco Augusto de Lima Morais Cerdeira - PERRE - I               | [Handwritten signature] | S                     |
| José Torcato Lima da Costa - PORTELA SUZÃ - I                   | [Handwritten signature] |                       |
| Manuel Hermenegildo Ribeiro Costa - STª MARTA PORTUZELO - PSD   | [Handwritten signature] |                       |
| Augusto Eduardo Amorim Fernandes Soares - SERRELEIS - I - S     | [Handwritten signature] |                       |
| Ilídio Gonçalves do Rego - SUBPORTELA - PS                      | [Handwritten signature] |                       |
| Joaquim da Cruz Araújo - TORRE - PS                             | [Handwritten signature] |                       |
| Fernando Pimenta da Gama - AREOSA - PSD                         | [Handwritten signature] |                       |
| Joaquim Dantas Afonso Perre - DARQUE - PS                       | [Handwritten signature] |                       |
| Manuel Américo Matos Carvalhido - MEADELA - PS                  | [Handwritten signature] |                       |
| Vítor Manuel Antunes da Silva - MONSERRATE - PS                 | [Handwritten signature] |                       |
| Amadeu Morais Bizarro - SANTA MARIA MAIOR - CDU - S             | [Handwritten signature] |                       |
| Arnaldo Joaquim Ribeiro - VILA FRANCA - PS                      | [Handwritten signature] |                       |
| José Maria Santos Ferreira - VILA FRIA - PS                     | [Handwritten signature] |                       |
| Filipe Mendes Costa - VILA MOU - PSD                            | [Handwritten signature] |                       |
| Rui Jorge Ribeiro Martins de Matos - VILA NOVA DE ANHA - PSD    | [Handwritten signature] |                       |
| António da Silva Moreira - VILA DE PUNHE - PS                   | [Handwritten signature] |                       |
| António Rocha Araújo - VILAR DE MURTEDA - I                     | [Handwritten signature] |                       |



| PRESIDENTES JUNTAS DE FREGUESIA<br>Substituição nos termos da alínea c) n° 1 art° 38° da Lei n°<br>169/99, 18 Setembro | REGISTO<br>ENTRADA  | PONTO ORDEM<br>TRABALHIOS |
|--|---|---------------------------|
| Serreleis - Antonio Borlido Parente  |   |                           |
| Santa Maria Maior - Jose Maria Amieira Flores  |   |                           |
| 156584751<br>Parce. LUIS FERNANDO GONCALVES MOREIRA  |   |                           |
| 169858995<br>GENAZ DO LIMA - SANTA FAMILIA<br>JOSE MANUEL LOPES BANDEIRA   |  |                           |
|  |   |                           |
|  |   |                           |
|  |   |                           |
|  |   |                           |
|  |   |                           |
|  |   |                           |
|  |   |                           |
|  |   |                           |
|  |   |                           |

## GRUPO PARLAMENTAR PSD

Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal,

O Grupo Parlamentar do PSD, ~~através do seu líder~~, solicita que tome as diligências necessárias no sentido de convocar, com carácter de urgência, nos termos do disposto no Art.º 50 e seguintes, do Regimento da Assembleia Municipal de Viana do Castelo, a reunião da Comissão de Urbanismo. *QUE DEVE TER A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: (\*)*

Fundamentamos esta solicitação em factos que têm sido tornados públicos, nomeadamente: *(\*) 8 MEMBROS INDICADOS P/ GRUPOS PARLAMENTARES E 1 MEMBRO DA MESA, SENDO 2 DOS AGROPAMENTOS MAIS VOTADOS.*

*PROPONDO QUE SE TRATEM COM URGENCIA OS SEGUINTE TEMAS:*

1. Indeferimento pelo Tribunal de Contas de projectos de urbanismo submetidos pela Câmara Municipal;
2. Análise da situação de projectos aprovados no âmbito dos planos de pormenor do Programa Polis: Parque de Estacionamento da Senhora da Agonia, Mercado Municipal, Coliseu, Prédio Coutinho;
3. Recentes denúncias de Membros de Ordens Profissionais a respeito do Funcionamento dos Serviços de Licenciamento de Obras da Câmara Municipal de Viana do Castelo.

Viana do Castelo, 17 de Dezembro de 2010.

Grupo parlamentar do PSD.

# (DOCUMENTO Nº 3)

## Proposta de protesto e de recomendação

### **Introdução de portagens prejudica a cooperação e economia regional**

Considerando que:

- a) A Região Norte, e em especial o distrito de Viana do Castelo, são espaços privilegiados da economia e cultura com a Galiza, que se concretiza com a deslocação diária de cidadãos e empresas dos dois lados da "fronteira";
- b) A introdução de portagens na concessão da A28 e as características do sistema de cobrança, além de discriminatórias e penalizadora do Alto Minho conforme já foi denunciado por esta Assembleia, dificulta a mobilidade dos veículos de matrícula espanhola prejudicando gravemente os processos de cooperação entre o Norte de Portugal e a Galiza iniciados há vários anos;
- c) As tradicionais actividades económicas relacionadas com os sectores do comércio, restauração e hotelaria estão a sofrer uma redução profunda de clientes oriundos da Galiza, causando dificuldades às empresas portuguesas neste momento de crise;
- d) O processo de introdução formal das portagens virtuais tem-se caracterizado por uma execução desastrada e penalizadora dos contribuintes que pretendem pagar;
- e) O Município de Viana do Castelo já protagonizou o esforço necessário para se realizar uma reunião, no passado dia 11 de Novembro, entre os responsáveis do Governo Português e do Governo Galego conjuntamente com as Associações Empresariais de Viana do Castelo e de Pontevedra, para agilizar os procedimentos e facilitar a informação na Galiza;
- f) O Presidente da Câmara de Viana do Castelo ainda recentemente alertou publicamente o Governo para a diminuição de visitantes da Galiza e solicitou a simplificação dos processos de pagamento das portagens para cidadãos estrangeiros;

**A Assembleia Municipal de Viana do Castelo, reunida a 17 de Dezembro de 2010, manifesta:**

- 1. Público protesto contra o processo usado para cobrar as portagens virtuais, porquanto:**
  - 1.1 É discriminatório para a região, com custos desproporcionais e incompreensíveis;**
  - 1.2 É muito prejudicial pelos métodos utilizados na liquidação das taxas que desrespeita os cidadãos;**
  - 1.3 Não se apresentam soluções razoáveis e exequíveis de cobrança para os estrangeiros que nos visitam, com particular realce para os residentes na Galiza;**
  - 1.4 Num momento de profunda crise económica e de desemprego estão a originar-se graves prejuízos para a economia da região e para os utilizadores do automóvel, que ao contrário de outras regiões não têm alternativas razoáveis noutros meios de transporte.**

2. Recomenda, e exige que:

2.1 - O Governo Português estude e altere as formas de pagamento, tornando-as mais simples, disponibilizando meios técnicos e humanos para que estas não sejam impeditivas das deslocações de cidadãos estrangeiros.

2.2 - Se Implemente, com urgência, um sistema de informação expedito na Galiza e outras regiões da Espanha explicando o processo de pagamentos e funcionamento das SCUT's e destas denominadas portagens virtuais;

O teor desta deliberação deve ser remetido ao Sr. Primeiro-ministro, ao Ministro dos Transportes e Comunicações, a todos os grupos parlamentares, às Assembleias Municipais abrangidas pela A28 e do Alto Minho e aos órgãos de comunicação social.

*Subscrita por todos os agrupamentos parlamentares.*



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top, a signature with "Monty" written next to it, a signature with "Adu" written below it, and a signature with "V. A. A. A." written below it.



Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Viana do Castelo  
Senhoras e senhores deputados municipais

Pouco mais de um ano é decorrido desde que a Assembleia Municipal, com esta composição, entrou em funções, sendo altura de reavaliar alguns dos assuntos que aqui foram debatidos.

E começo por trazer a questão da segurança, na área do território municipal, sublinhando que a autarquia nada contribuiu para melhorar a segurança dos cidadãos, desde logo com a rejeição, nesta Assembleia, de algumas medidas enunciadas que o PSD considerava e continua a considerar necessárias e importantes, e a terminar na aprovação de um Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, que o tempo dirá ser perfeitamente ineficaz.

Um Conselho Municipal de Segurança que não passa de um monstro, sim, isto mesmo - porque demasiado pesado na sua composição -, deixando de ser dinâmico, como seria desejável. De resto, uma constatação bem patente assenta no facto de, passado meio ano sobre a sua aprovação, tal Conselho nunca ter reunido, à semelhança, aliás - e para não variar -, do que vinha acontecendo com o anterior elenco camarário.

Caso tivessem sido contempladas as propostas elencadas pelo PSD, designadamente o funcionamento em forma restrita do dito Conselho, em que poderiam ter sido debatidas medidas de segurança preventivas, já elencadas, assim como outras vindas de diferentes entidades, e difundidas pelos cidadãos - e quando falo em cidadãos estou a lembrar-me, sobretudo, daqueles mais idosos e isolados, mais expostos e vulneráveis à acção dos delinquentes - provavelmente a criminalidade não teria aumentado este ano e as pessoas teriam vivido mais tranquilas.

Penso, todavia, que a segurança só merecerá ser privilegiada pela administração autárquica quando houver uma nova e sã mentalidade de segurança entre os responsáveis políticos locais. E só espero que, para o efeito, não tenhamos de assistir a uma degradação da situação.

A iluminação de zonas mortas, na cidade, não se verificou; o apoio da Câmara quanto ao estacionamento para moradores, no centro histórico, visando combater a desertificação urbana, **foi uma miragem que começou com a campanha do PS para as eleições autárquicas**, mas que rapidamente se esfumou, uma vez que nunca mais se falou em tal assunto; não é conhecido qualquer trabalho de recenseamento para o efeito e tudo continua como dantes, ou seja, a desertificação não diminuiu, mantendo-se o campo aberto para a acção dos delinquentes.

O estacionamento à superfície, em zonas onde existem sinais de proibição, está cada vez mais indisciplinado, criando problemas de mobilidade a peões e automobilistas, e gerando vícios que se transformam em direitos, como sucede com os BV, a que ninguém põe cobro, nem mesmo a força policial competente, que só olha para os locais onde existem os parquímetros da Câmara Municipal, para velar pela respectiva receita.





Poderia ter sido implementada uma estratégia de segurança dissuasora, devolvendo aos cidadãos a confiança nas autoridades. Um Conselho Municipal, restrito, poderia muito bem ter proposto, entre muitas outras medidas, que, por exemplo, fossem distribuídos telemóveis gratuitos aos cidadãos mais isolados, para interagirem com as forças de segurança e outras diferentes entidades, bem como serem levadas a efeito acções coordenadas de aconselhamento para os cidadãos se precaverem e saberem como actuar nas situações concretas, como por exemplo, perante aqueles delinquentes que vivem do chamado “conto do vigário” e que têm deixado famílias destroçadas.

Em jeito de resumo diria que, com o desinteresse desta Assembleia e da Câmara Municipal pelas questões de segurança para todo o território concelhio, e de um modo especial para a cidade de Viana do Castelo, os municípios e a actividade comercial continuarão a manter-se como alvos fáceis para os delinquentes, *pelo que o PSD só pode concluir que este ano foi um ano perdido e que, se tivessem sido consideradas as propostas aqui trazidas em tempo oportuno, possivelmente teria havido uma diminuição da criminalidade e haveria menor número de pessoas a sofrer.*

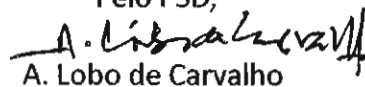
Pelo que, senhora Presidente, senhoras e senhores deputados municipais, é aconselhável que a Câmara e o Partido Socialista, em maioria, saiam do seu castelo do poder absoluto e desçam à terra, à realidade e, sem preconceitos, dêem um passo no caminho certo.

Claro que isto não gera dinheiro aos cofres da autarquia, mas o dinheiro não é tudo! O valor mais importante são as pessoas, e essas não têm preço.

Terminaria fazendo uma referência ao boletim municipal, de Outubro do corrente ano, que, com outro formato, papel diferente e, conseqüentemente, menos custos, difundiria a mesma informação aos municípios. Tal como se apresenta, e com o sr. Presidente da Câmara a ocupar cerca de 50% das fotografias, **mais parece** um órgão de propoganda municipal que visa o culto pessoal do sr. Presidente, e isso não me parece legítimo. Talvez pudesse informar esta Assembleia sobre o custo desta publicação, juntamente com outro boletim de propaganda, que vem junto da factura da água, e aquilo que, com esse valor, poderia ser feito em acções de solidariedade nestes tempos difíceis.

Permitam-me que a todos deseje um santo Natal e um próspero Ano Novo.

Sessão da Assembleia Municipal de Viana do Castelo, 17.12.2010

Pelo PSD,  
  
A. Lobo de Carvalho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA

17/Dezembro/2010

**Estacionamento no Campo da Sra. D`Agonia**

(Período antes da ordem do dia )

SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL E RESTANTE MESA  
SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E VERAÇÃO  
SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS

No âmbito do Plano de Reabilitação da Frente Ribeirinha de Viana do Castelo, está prevista a requalificação da área envolvente do Forte de Santiago da Barra, o que vai levar à extinção de largas centenas de lugares de estacionamento gratuito, e pelo que apuramos, são dois os argumentos que estão em cima da mesa:

1º - a necessidade de requalificação daquela área;

2º - o facto do contrato de concessão do Parque de Estacionamento Subterrâneo do Campo da Agonia prever que não existiria nas imediações “estacionamento selvagem” ;

Se em relação ao primeiro argumento concordamos que é válido, pois algo terá de ser feito para requalificar toda aquela área, já não podemos dizer o mesmo do segundo argumento. O simples facto de estar contratualizado no contrato de concessão do Parque de Estacionamento subterrâneo do Campo da Agonia, o não permitir o estacionamento à superfície, não pode levar a que se encerre este espaço de estacionamento, fundamental para moradores, quer para quem vem trabalhar para a nossa cidade. A forma como esta reformulação está a ser feita faz-nos lembrar um pouco uma situação bem recente, ou seja, as portagens nas Scuts. Neste caso implementaram-se as portagens sem sequer ponderar quais eram as alternativas (não pagas), no caso do campo da Agonia parece levar ao mesmo caminho, primeiro avança-se com o encerramento do espaço, sem que estejam garantidas alternativas, sendo que este terá um custo acrescido para as largas centenas de utilizadores daquele parque.

Assim sendo, gostaríamos de saber quais as alternativas que estão a ser estudadas, alternativas não só para moradores mas também para os Vianenses que trabalham na nossa cidade.

Viana do Castelo, 17/12/2010

O Agrupamento Político da CDU  
O Deputado Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA

17/Dezembro/2010

**CARROS ABANDONADOS NA VIA PUBLICA**

(Período antes da ordem do dia )

SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL E RESTANTE MESA  
SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E VERAÇÃO  
SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS

O CDU tem vindo a reparar na enorme quantidade de carros abandonados na via publica no nosso concelho. Assim gostaríamos de saber o que está a ser feito (ou vai ser feito) para a remoção deste veículos de modo a devolver essas largas dezenas de lugares estacionamentos nomeadamente à nossa cidade.

Viana do Castelo, 17/12/2010

O Agrupamento Político da CDU  
O Deputado Municipal

**Assembleia Municipal 18 de Dezembro de 2010**

**Intervenção antes da ordem do dia**

**Saudações...**

No mandato passado desta assembleia, todos os partidos da oposição e presidentes de junta foram surpreendidos por uma intervenção da bancada socialista onde se tentava descrever as aventuras de um galego em terras Portuguesas.

Este galego, amigo do orador socialista de serviço, descrevia Viana do Castelo como um paraíso difícil de igualar, onde se via obra, organização e iniciativa privada...

Será que algum dia Viana do Castelo foi assim?

Será que ainda o é?

Pois bem, é difícil perceber o que mudou, mas aparentemente não mudou nada.

Viana do Castelo era e é um dos concelhos com as taxas municipais mais caras do país.

A câmara municipal desta cidade cria guerras e ilusões constantes aos seus munícipes – são caso disso, o mercado municipal, o prédio Coutinho, o Coliseu e o centro de estudo de qualquer coisa prometido para o edifício abandonado da Praça de Touros.

Mesmo ao lado deste último, está aquilo a que alguns chamaram um dia de "Parque da Cidade". Mas a pagar! Foi orgulhosamente apelidado pelo anterior executivo camarário de espaço inútil que foi recuperado para servir os Vianenses. Mas a pagar!... e só ainda não se sabe quando vai abrir portas... Mas é a pagar!

Esta cidade tem uma câmara municipal que é arrasada no seu desempenho pelo Tribunal de Contas em diversos concursos públicos.

Esta cidade tem uma câmara municipal que é arrasada no seu desempenho por um conjunto significativo de engenheiros e arquitectos, que a acusam de incompetência e falta de capacidade em distinguir o essencial do acessório e de alterar o fluxo de uma organização que é burocrática e morosa.

Esta cidade tem uma câmara municipal que permitiu obras na Estrada Nacional 13 na mesma semana em que se iniciou a cobrança das portagens na A28.

Esta cidade tem uma câmara municipal que permitiu a instalação de um pórtico a separar a zona industrial do Neiva e os seus munícipes da margem sul, impossibilitando-os de se conduzirem pela A28 sem um custo diário acrescido.

Viana do Castelo tem um aterro há 10 anos e o Presidente de Câmara admite que se coloque a hipótese do seu concelho passar a ser um vizinho porta a porta deste aterro no futuro, sem se preocupar de quem é de facto a porta do Vianense mais próximo.

Viana do Castelo tem empresas a fechar diariamente, mas também tem uma câmara municipal que investe 1 milhão de euros num acesso para uma fábrica que não vai ser construída e nem existe previsão para que isso algum dia aconteça.

Sr. Presidente, recorda-se da Leoni? Ainda se recorda da recomendação do PSD em recorrer ao Fundo Europeu designado FEAG, que foi constituído com cerca de 500 Milhões de Euros, e que se destina a ressarcir e apoiar as vítimas destes despedimentos?...

o que fez Sr. Presidente pelos Vianenses que **trabalhavam** na Leoni?

Somos de facto um concelho que faz parte de um país em crise.

No entanto, a câmara municipal investe vergonhosamente em publicidade que anexa à conta da água... investe numa marca, sem contabilizar o real retorno ou o sucesso da iniciativa... investe em painéis na Praia Norte que publicitam o desporto na cidade, mas esquecem-se da sua manutenção.

E agora Galego. O que dizes disto?

Achas que algum dia fomos o concelho fantástico que descreveste ao teu amigo socialista. Achas que mudamos alguma coisa?

Pois bem, digo-te que não.

Já éramos assim... e o mais grave é que hoje está muito pior.

Já não serve a eterna desculpa do *copo meio cheio ou meio vazio*, ou que sempre foi assim e não vale a pena mudar.

**Como andam por aí a dizer, temos de ser contra a resignação.**

**Talvez um dia venhas a Viana do Castelos e nos vejas pintado com outra cor...**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA

17/Dezembro/2010

CONCELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE

(Período antes da ordem do dia )

SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL E RESTANTE MESA  
SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E VERAÇÃO  
SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS

Sendo os problemas e as potencialidades do movimento associativo juvenil, no nosso entender, uma questão fundamental na envolvência e consciencialização para os problemas actuais da nossa sociedade, gostaríamos de saber qual a actual situação do Concelho Municipal da Juventude de Viana do Castelo, se reúne, com que regularidade, se não o que se está a pensar fazer para dinamizar este órgão consultivo?

Pois consideramos que, <sup>o movimento</sup> o envolvimento das associações juvenis e dos jovens, ~~na ligação, aos seus anseios e aspirações,~~ envolvendo-os e responsabilizando-os, no definir de formas de trabalho e estratégias para fazer frente aos problemas da juventude e do movimento associativo juvenil no concelho e no distrito. Assim sendo pensamos que será de grande utilidade para o concelho mas também para o distrito a dinamização e/ou a criação dos Concelhos Municipais da Juventude, articulando o trabalho realizado em cada concelho com o trabalho que se poderá realizar se se avançar com a criação do Concelho de Juventude da Comunidade Intel-municipal.

Viana do Castelo, 17/12/2010

O Agrupamento Político da CDU  
O Deputado Municipal



(DOCUMENTO Nº 8)  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO**  
**AGRUPAMENTO POLÍTICO DO CDS-PP**

Senhor Presidente da Câmara, quando começam as obras de infra-estruturas da 3ª fase da Zona Industrial de Neiva? Obras estas para a implantação de novas unidades fabris! Coloco-lhe esta questão porque já passaram dois anos, e parece que esta intenção não sai do papel.

Senhor Presidente, vai fazer em Janeiro de 2011, dois anos que o Empresário da Suavecel assinou o contrato de compra e venda de 85.000 m<sup>2</sup> para a implantação de uma unidade fabril. Devo referir que este contrato foi assinado no mandato do anterior Presidente da Câmara Defensor Moura, tendo o empresário pago no acto da celebração do contrato 20% do valor total dos terrenos, ou seja, a câmara já recebeu 300 mil euros, referentes a este contrato.

O senhor Presidente, sobre este assunto em concreto, já teve a necessidade de vir a público dar explicações e vai dizendo que apesar do contacto próximo que os serviços da câmara vão mantendo com a empresa, ainda não existe nenhum pedido formal de licenciamento. Boa desculpa, Senhor Presidente! Também vai dizendo que a autarquia vai avançar com a posse administrativa



das várias parcelas de terreno e, num golpe de rins, lamenta-se com o que chama “custos de contexto”, que afectam todo País. Estas explicações não convencem ninguém, pois os custos de contexto não se reflectem noutras opções do executivo socialista, como as obras faraónicas que teima em erguer, cuja manutenção, no futuro, vai ser feita com o dinheiro dos munícipes, cobrado através dos impostos que o executivo teima manter no máximo.

Se a câmara não resolver este imbróglio, que mais parece uma novela, o município certamente irá perder um investimento de 8 milhões de euros, e por arrastamento vários postos de trabalho que nesta altura tanta falta fazem. O município não tem apoiado convenientemente quem quer criar riqueza, neste como noutros casos a autarquia poderia ter feito muito mais.

Já no que diz respeito à cobrança de impostos, este executivo aplica as taxas sempre no máximo, mexendo no bolso dos Vianenses.

Senhor Presidente, se este processo não ficar resolvido até final do ano, o município poderá ter de indemnizar o empresário em questão. Lembro-lhe que poderá ter um custo à câmara de cerca de 600 mil euros, dependendo das cláusulas do contrato; e atendendo





**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO**  
**AGRUPAMENTO POLÍTICO DO CDS-PP**

---

às expectativas criadas ao empresário, as verbas da indemnização poderão ser mais elevadas.

Os vianenses esperam resposta clara para problemas concretos, e por isso aqui as pedimos.

Viana do Castelo, 17 de Dezembro de 2010

Agrupamento Político do CDS – PP



Assembleia Municipal de Viana do Castelo

## EDITAL

### MARIA FLORA MOREIRA SILVA PASSOS SILVA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO:

Faz público que no dia **17 de Dezembro** corrente (**Sexta-Feira**), com início pelas **21 horas**, realizar-se-á no **Castelo Santiago da Barra**, desta cidade de Viana do Castelo, uma sessão ordinária desta Assembleia Municipal com a seguinte

### ORDEM DE TRABALHOS

1. INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA;
2. PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANEAMENTO BÁSICO PARA 2011;
3. ADITAMENTO AO CONTRATO DE EMPRESTIMO DE MEDIO PRAZO - INVESTIMENTO PARQUES EMPRESARIAIS;
4. ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS;
5. REABILITAÇÃO URBANA - ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO;
6. DESAFECTAÇÃO DE TERRENO DO DOMINIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA DOMINIO PRIVADO MUNICIPAL EM DARQUE;
7. POSTURA DE REGULAMENTAÇÃO DE TRANSITO NA ÁREA DA CIDADE DE VIANA DO CASTELO - ALTERAÇÃO;
8. PROTOCOLO COM A TUREL - AUTORIZAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO;
9. ASSOCIAÇÃO CULTURA E DESENVOLVIMENTO "TERRAS DE JUNQUEIRO" - INTEGRAÇÃO;
10. PROCESSO DE LICENCIAMENTO DE PEDREIRAS - PROCESSO Nº 3/08 - PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL;
11. PROCESSO DE LICENCIAMENTO DE PEDREIRAS - PROCESSO Nº 1/08 - PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL;
12. OPERAÇÃO URBANÍSTICA DE LICENCIAMENTO DE "UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS" - PO 437/09, EM NOME DE CENTRO SOCIAL PAROQUIAL VILA NOVA DE ANHA - PEDIDO RE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL;

**Para constar se lavrou o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do estilo.**

E eu, , **Director do Departamento de Administração Geral da Câmara Municipal de Viana do Castelo, o subscrevi.**

**Paços do Concelho de Viana do Castelo, 7 de Dezembro de 2010**

**A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,**

A large, stylized signature in blue ink, likely belonging to Maria Flora Moreira Silva Passos Silva, the President of the Municipal Assembly.



Câmara Municipal de Viana do Castelo

*Gabinete do Presidente*

## Informação do Presidente da Câmara

### Assembleia Municipal de 17 de Dezembro de 2010

Desde a última Assembleia Municipal de 10 de Setembro destaco os seguintes acontecimentos:

O **Viana Taurino Clube** comemorou o seu centenário no passado dia 10 de Agosto, com um programa intenso de actividades culturais e desportivas que evidenciaram a importância do Clube na vida da cidade.

O Movimento Cívico de Viana do Castelo "**100 anos de República**" ao qual o Município se associou promoveu exposições, conferências, lançamento de obras de arte, actividades desportivas, tertúlias, que lembraram os ideais republicanos e a sua actualidade nos dias de hoje, salientando pelo simbolismo as diversas cerimónias do dia 5 de Outubro.

Realizou-se em Viana do Castelo, nos Antigos Paços do Concelho, uma exposição de **Fotojornalismo** com os trabalhos vencedores do Prémio Estação Imagem, que contou com a presença dos vencedores deste evento.

A **Semana Europeia da Mobilidade** foi assinalada com iniciativas das escolas, exposições, debates, exposições e caminhadas, sensibilizando os vianenses para as questões dos transportes urbanos e utilização das bicicletas.

A 18 e 19 de Setembro realizou-se o **2º Encontro de Embarcações Tradicionais do Rio Lima** que contou com a presença em Viana do Castelo do navio Santa Maria Manuela e a apresentação da nova embarcação "lanhezes", da iniciativa da Junta de Freguesia de Lanheses.

A Câmara Municipal lançou a 22 de Setembro o **Programa MVC Finicia**, que se destina a financiar projectos de investimentos desenvolvidos por micro e pequenas empresas do concelho, promovendo a iniciativa e o empreendedorismo dos jovens vianenses.

Realizou-se também neste período o **2º Festival de Bandas Filarmónicas** em Barroselas, o I Encontro de **Bandas de Gaiteros** organizado pela Fundação Maestro José Pedro, uma Feira de Produtos Regionais "**aldeias em festa**" da responsabilidade da CSIF das Montanhas ( Juntas de Freguesia de Amonde, Meixedo, São Lourenço da Montaria, Vilar de Murteda), um programa de "**Música com Contos**", um "**ciclo de música de câmara**", no Teatro Sá de Miranda promovidos pela Academia de Música de Viana do Castelo.

**As Jornadas Europeias do Património** foram comemoradas a 25 de Setembro com uma exposição " O Vinho e a Vinha em imagens e objectos" nas Terras de Geraz, com uma visita aos vinhedos, adegas e a um lagar medieval rupestre em Subportela.

A Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Dra. Idália Moniz inaugurou no dia 6 de Outubro a nova **Creche do Centro Social e Cultural da Meadela**, " Alcofa", que contou com o apoio da Autarquia na cedência do terreno. Também o Grupo Etnográfico de S. Lourenço da Montaria inaugurou, no dia 10 de Outubro, a sua nova sede numa antiga Escola cedida pelo Município á Junta de Freguesia, para fins culturais.

O Município de Viana do Castelo assinou a 11 de Outubro, a bordo do Navio Gil Eannes, com a Universidade de Vigo um protocolo de participação no projecto "**Campus do Mar**". Este Campus do Mar vai permitir a colaboração e participação de diversas entidades de Viana do Castelo nos projectos de investigação, aplicação e divulgação científica relacionadas com o meio marinho.

De 15 a 31 de Outubro realizou-se em Viana do Castelo a “**Para uma Bienal**”. Este novo desafio de associar a iniciativa, o empreendedorismo, a cultura e as artes, desenvolveu um vasto programa de conferências, exposições em diferentes espaços da cidade, workshops e encontros de ideias, que contribuíram para estimular a criatividade e a comunicação em torno das “slow cities”, artes e design. Esta iniciativa foi organizada em parceria com o IPVC, AEVC e Fundação de Serralves. Nas conferências participaram mais de quatrocentas pessoas, passaram pelas 11 exposições cerca de oito mil pessoas e os workshops preencheram todas as duzentas inscrições.

A 16 de Outubro tivemos na Sala Couto Viana da Biblioteca Municipal a última sessão de trabalho e sessão de encerramento do **I Congresso Internacional Vinhas e Vinho**, promovido pela Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho.

O **Gabinete da Cidade Saudável** promoveu a Semana da Alimentação de 11 a 16 de Outubro e um vasto programa de animação e de informação no Mercado Municipal.

Realizaram-se de 21 a 23 de Outubro, em Viana do Castelo, com o apoio do Município, as **I Jornadas Internacionais de Busca e Salvamento** que contou com a presença de peritos e técnicos Europeus e das Américas.

O **Primeiro Ministro, José Sócrates e o Presidente da República da Venezuela** visitaram a 24 de Outubro Viana do Castelo, tendo sido assinados nessa altura entre outros acordos, os contratos de financiamento para a construção de dois navios asfalteiros pelos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

O Município de Viana do Castelo recebeu pela primeira vez no Salão Nobre os **alunos de Erasmus** do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, numa cerimónia que para além das boas vindas promoveu a nossa cultura, empresas e turismo aos alunos oriundos da Lituânia, Polónia, Eslovénia, Itália, Hungria, Espanha, Holanda, Azerbaijão, Arménia e Geórgia.

O **Conselho Económico e Social** reuniu, a 3 de Novembro, para efectuar uma avaliação dos trabalhos do Plano Estratégico e para uma intervenção do Presidente do Conselho de Administração dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

O Centro de Monitorização Ambiental promoveu durante este período duas exposições, a “**Anima Vegetalis**”, imaginário botânico do Mosteiro de Tibães com fotografia de Paulo Gaspar Pereira, o “**Museu das Borboletas**” do Museu Nacional de História Natural e do Centro de Conservação das Borboletas de Portugal. Apresentou também recentemente uma nova publicação “**Rede Natura de Viana do Castelo**”.

Realizou-se em Viana do Castelo uma reunião entre o **Ministério das Obras Públicas e a Junta da Galiza**, em que foi assinada uma declaração conjunta para facilitar o sistema de cobrança das taxas das portagens nas Scuts, pelos cidadãos Galegos. Com este sistema alargado de ofertas de pagamento pretende-se eliminar as dificuldades e problemas da circulação e mobilidade entre a Galiza e a Região Norte.

Viana do Castelo acolheu nos dias 12 e 13 de Novembro, o **I Congresso sobre O Estado do Teatro em Portugal**, com a participação e comunicações do Presidente da Câmara e da Vereadora da Cultura.

A 16 e 17 de Novembro realizou-se em Viana do Castelo o **Seminário Ibérico de Energia “Projecto Retaler”**, que contou com a organização do Eixo Atlântico. Este encontro teve a presença de especialistas da Comissão Europeia, membros de vários governos regionais de Espanha, responsáveis nacionais de projectos e associações de energia, Comissão de coordenação da Região Norte e a presença de vários investigadores e técnicos da área.

Foram aprovadas **no Programa ON2- Novo Norte, as candidaturas** apresentadas pela Câmara Municipal / Serviços Municipalizados para o alargamento das redes de basatecimento de água e rede de saneamento nas freguesias de Vila Franca ( Rua Padre Quesado, Caminho Passadiço e Atranco), ampliação das redes em Perre ( Bacía Lugar do Vleito), ampliação da rede águas residuais de Barroelas ( Rua das Neves e Rua dos Regos) e infra-estruturas de Vila Franca ( Caminho Cónego Barbosa e caminhos adjacentes). Estas intervenções do “ ciclo urbano da água, estão orçamentadas em cerca de 1,5 milhões de euros, sendo financiadas a 80 % pelo QREN.

Viana do Castelo acolheu o **II Encontro Polis Litoral Norte**, em que na sessão de abertura esteve presente a Sra. Ministra do Ambiente. Neste evento foram apresentados os projectos e acções a desenvolver no âmbito desta intervenção de parceria entre os Municípios de Viana do Castelo, Caminha, Esposende e Ministério do Ambiente . Os

projectos das Frentes Marítimas de Viana do Castelo ( Praia Norte, Cabedelo, Amorosa, Pedra Alta ) foram apresentados pelos autores projectistas.

A cidade de Viana do Castelo acolheu também no passado fim de semana o **II Encontro Nacional do Projecto Rios**. Esta iniciativa de educação ambiental promovida pela Associação Portuguesa de Educação Ambiental escolheu Viana do Castelo pelo trabalho que este município tem desenvolvido através do CMIA na sensibilização e educação ambiental. Estiveram presentes professores, autarcas, técnicos e alunos de todo o país neste encontro a favor da biodiversidade dos rios.

O Município de Viana do Castelo celebrou um **protocolo com 37 restaurantes e frutarias** para a **recolha de resíduos orgânicos**. Este projecto de parceria entre o CMIA, os SMSBVC, a Lipor, a AEVC, vem em sequência de um outro celebrado com as Escolas/Agrupamentos para a recolha de óleos usados. Desta forma iniciamos mais uma acção a favor do ambiente, envolvendo os restaurantes e frutarias do concelho.

No passado fim de semana foi também celebrado o **35º aniversário da Fundação Maestro José Pedro** que conta com um vasto programa assinalado com uma exposição, concertos e uma representação teatral " A Velha Praça". Esta Fundação tem desenvolvido ao longo destes 35 anos um valioso contributo para o ensino da música e formação de jovens vianenses.

A **Ronda Típica da Meadela**, no âmbito das celebrações do 50º aniversário realizou no passado dia 27 de Novembro uma Gala com a colaboração de grupos locais e de outros concelhos. Esta Associação tem promovido a cultura popular e tem sabido preservar as raízes culturais de uma freguesia como a Meadela, sujeita ao fenómeno da urbanização.

Reuni hoje a **Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios**, em que foi efectuada uma análise aos incêndios florestais de 2010. A Comissão relevou o extraordinário trabalho desenvolvido pelos Bombeiros, juntas de Freguesia, Equipas de sapadores, Exército que patrulhou Sta. Luzia, Escuteiros que participaram conjuntamente com a GNR e PSP na vigilância florestal. Vai ser apresentada em 2011 uma candidatura para a Serra de Arga para a estabilização contra a erosão.

O Município participou na acção de **reflorestação da Serra d'Arga / Montaria**, em parceria com a Quercus e a Fundação Yves Rocher, de cerca de cinco hectares. Vai ser apresentada em 2011, pelo Município de Viana do Castelo em parceria com a Autoridade Florestal Nacional, uma candidatura para a Serra de Arga para a estabilização contra a erosão e reflorestação de zonas sensíveis.

Realizou-se a inauguração do **Centro de Dia ( 30 utentes) e Serviço de Apoio Domiciliário (40 utentes )** do Centro Paroquial e Social de Subportela. Esteve presente na cerimónia de inauguração o Secretário de Estado da Segurança Social Pedro Marques. Com este novo equipamento a Rede Social concelhia fica com melhores respostas sociais aos idosos.

No âmbito das comemorações dos 35 anos da Fundação Maestro José Pedro, inaugurou-se a Exposição "**35 Anos da Fundação Maestro José Pedro**", nos Antigos Paços do Concelho, seguido concerto musical com todas as expressões musicais da Fundação e a apresentação da Revista " A Velha Praça".

Viana do Castelo foi eleita **Cidade do Vinho 2011**, sucedendo à cidade de Beja. A candidatura foi premiada pela qualidade e pelo trabalho desenvolvido pelo Município na promoção dos Vinhos das Terras de Geraz.

Celebraram-se em Viana do Castelo as Comemorações Nacionais do **Dia do Selo**, com uma Exposição "**Uma visita à 1ª república**" e um Colóquio "**Filatelia como desenvolvimento cultural**" na Biblioteca Municipal. Nestas comemorações realizou-se ainda uma Exposição Inter-Sócios, Representação Teatral e Selo Comemorativo nos Antigos Paços do Concelho, com a colaboração dos CTT, Presidente da Federação Portuguesa de Filatelia e Associação de Filatelia e Coleccionismo do Vale do Neiva.

Ocorreu o falecimento do **1º Bispo de Viana do Castelo**, D. Júlio Tavares Rebimbas, que a 3 de Novembro de 1977 foi eleito, pelo Papa Paulo VI, primeiro Bispo da Diocese de Viana do Castelo, no dia 6 de Dezembro.

No âmbito da animação do Natal abriu a 8 de Dezembro uma Exposição, nos Antigos Paços do Concelho, dos **Presépios de Natal** que obtiveram os prémios de artesanato promovidos pela Autarquia. Associaram-se este ano as pastelarias da cidade com presépios de chocolate numa parceria com a APHORT. A animação de Natal conta ainda com as iluminações das principais ruas do centro histórico, o pinheiro de Natal e a pista de gelo na Praça da Liberdade em parceria com a AEVC.

A **11ª Edição dos Simply Blues** de Viana do Castelo decorreu de 8 a 11 de Dezembro de 2010, no Teatro Sá de Miranda, com um programa muito apreciado pelos apreciadores e entusiastas dos Blues.

O Município de Viana do Castelo participou no Seminário "**Compromisso Para o Empreendedorismo no Alto Minho**", numa acção desenvolvida por diversas entidades regionais que pretendem promover a iniciativa e empreendedorismo jovem em Viana do Castelo.

No passado dia 10 de Dezembro, **inaugurou-se a ampliação da Escola / Jardim de Mazarefes**, que passa a contar com mais duas salas de jardim, gabinete de apoio, sanitários, alpendre e beneficiação da escola. Nesta iniciativa homenageou-se o Dr. Francisco Pita, Cidadão de Mérito, que deu o nome à Biblioteca Escolar agora reformulada.

**As Cantadeiras do Vale do Neiva**, que obtiveram novamente o primeiro lugar no concurso nacional promovido pelo Inatel, apresentaram no dia 11, o seu DVD, que perpetua estes cantos bem característicos da região do vale do Neiva.

No dia 12 de Dezembro, inaugurou-se o **núcleo museológico de arqueologia de Castelo de Neiva**, tendo sido recuperadas e musealizadas peças relevantes como os capacetes militares. Este núcleo vem assim complementar a rede de núcleos museológicos associados aos museus, valorizando a componente educativa, cultural e turística do concelho.

Hoje, vai ser apresentado publicamente o **Grupo de Acção Costeira do Litoral Norte**, que no âmbito do programa comunitário PROMAR, vai realizar um conjunto de acções de valorização da actividade pesqueira de Esposende, Viana do Castelo, Caminha e Cerveira. Este programa conta com apoios de 4,3 milhões de euros para apoiar iniciativas e projectos até 2013. O Presidente da Câmara de Viana do Castelo preside ao Conselho Directivo deste Grupo de Acção Costeira.

A Câmara Municipal apresentou **candidaturas à eficiência energética** dos Pavilhões Municipais, à **reabilitação do Edifício Villa Rosa**, requalificação da envolvente de **Santiago da Barra** no âmbito do QREN. Foram aprovadas pela Unidade de Gestão do QREN as candidaturas dos sistemas energéticos das **Piscinas Municipais** (cerca de 500.000 euros) e dos **Reguladores da Rede de Iluminação Pública** no valor de 720.000 euros.

O Município de Viana do Castelo celebrou **contratos programas desportivos** para apoiar a construção do Pavilhão desportivo da Meadela com o Centro Social e com os Clubes de Remo (Clube Náutico e Arco) para a construção do Centro Náutico.

A Biblioteca Municipal tem promovido todos os meses "**À Conversa com ..**", que tem contado com a presença de escritores como Gonçalo M. Tavares, Francisco José Viegas, José Luís Peixoto. A Biblioteca Municipal criou o **Prémio Escolar António Manuel Couto Viana**, em homenagem à vida e obra do autor vianense.

Foram inauguradas as obras de requalificação do **Polidesportivo de Outeiro**, do Pavilhão Desportivo da **Casa do Povo de Lanheses** e da **Passagem Inferior à Via Férrea do Mirante na Areosa**. Têm sido efectuadas obras nas freguesias na ampliação da rede de águas, redes de saneamento, requalificação da rede viária e beneficiação de cemitérios.

**Os Serviços Municipalizados de Viana do Castelo** revalidaram a certificação de qualidade, garantindo um serviço de qualidade no abastecimento de água, recolha de resíduos sólidos e tratamento de saneamento.

O Presidente da Câmara reuniu já por duas vezes com **empresários do sector da transformação da madeira** (pinho) da zona do Vale do Neiva, para análise da situação destas empresas e incentivar um projecto de promoção e diversificação de mercados.

Aproveito para desejar a todos um Feliz Natal e um Ano Novo pleno de realizações pessoais e profissionais.

**José Maria Costa**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 17/12/2010****PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO**

PROCESSO- 31/96 – 1º Juízo TAC Porto  
ESPÉCIE- Recurso Contencioso  
AUTOR/RECORRENTE- António Victor Gonçalves da Silva  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Anulação deliberação 31/10/1995.  
ESTADO ACTUAL- Recurso procedente para o S.T.A.

---

PROCESSO- 395/97 – 5º Juízo TAC Porto  
ESPÉCIE- Recurso Contencioso  
AUTOR/RECORRENTE- Agostinho de Jesus Parente Soares Ribeiro e Outro  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho 20/03/1997. Concurso de pessoal  
ESTADO ACTUAL- Recurso procedente. Interposto recurso para o T.C.A. Norte

---

PROCESSO- 180/99 – 3º Juízo Cível TJVC  
ESPÉCIE- Acção Processo Sumário  
AUTOR/RECORRENTE- Maria Lurdes Rodrigues Vieira  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Pedido indemnização. Obra Escola Primária S. Romão do Neiva  
ESTADO ACTUAL- Suspenso por óbito da autora

---

PROCESSO- 461/99 e 512/99 – TAC Porto  
ESPÉCIE- Recurso Contencioso  
AUTOR/RECORRENTE- Gasilima - Distribuição de Gás Combustíveis e Lubrificantes Lda.  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho Ver. Área Funcional P.G.U.  
ESTADO ACTUAL- Recurso procedente. Recurso TCA

---

PROCESSO – 709/A/99 – 7º Juiz TAF Porto  
ESPECIE – Execução de Sentença  
AUTOR/RECORRENTE – José Manuel Carvalho da Costa Pereira  
REU/RECORRIDO – Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO – Execução de sentença concurso de pessoal  
ESTADO- Aguarda julgamento.

---

PROCESSO: 10/2000

ESPÉCIE- Impugnação fiscal

AUTOR/RECORRENTE- João Cunha Correia e outro

REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO- Impugnação a.a. liquidação de taxas

ESTADO ACTUAL- Decisão TCA.Recurso procedente.Voltou à 1ª instancia

---

PROCESSO- 23/2000 – 4º Juízo Cível TJVC

ESPÉCIE- Acção Processo Ordinário

AUTOR/RECORRENTE- ERI-Estudos e Realizações Imobiliárias SA

REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo, Estado Português e Freguesia de Afife

OBJECTO/PEDIDO- Reconhecimento de direitos propriedade e reivindicação.

ESTADO ACTUAL- Aguarda repetição do julgamento na 1ª instância.

---

PROCESSO- 385/2000 – 4º Juízo Cível TJVC

ESPÉCIE- Acção Processo Ordinário

AUTOR/RECORRENTE- David Manuel Borlido Lopes e Mulher

REU/RECORRIDO- Outro e Câmara Municipal de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO- Pedido indemnização. Defeitos de construção

ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento

---

PROCESSO- 970/00-T.A.C. Porto

ESPÉCIE- Recurso Contencioso de Anulação

AUTOR/RECORRENTE- José Saraiva e Prata

REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO- Impugnação a.a. licenciamento obras

ESTADO ACTUAL- Acção julgada procedente. Recurso para o T.C.A.

---

PROCESSO- 379/01 – 1º Juízo TAC Porto

ESPÉCIE- Recurso Contencioso

AUTOR/RECORRENTE- João António Fernandes Silva Dias e outros

REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho 13/02/2001. Concurso de pessoal

ESTADO ACTUAL- Recurso improcedente. Recurso TCA

---

PROCESSO- 777/01 – 5º Juízo TAC Porto

ESPÉCIE- Recurso Contencioso

AUTOR/RECORRENTE- Maria Glória Vaz Sousa e marido

REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho 10/09/2002 ver Área Funcional P.G.U.

ESTADO ACTUAL- Recurso para 2ª instância.

---



PROCESSO- 823/01 – 4º Juízo TAC Porto  
ESPÉCIE- Acção Processo Ordinário  
AUTOR/RECORRENTE- ERI-Estudos e Realizações Imobiliárias SA  
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo, autarcas desde 1989 e funcionários municipais  
OBJECTO/PEDIDO -Pedido de indemnização.  
ESTADO ACTUAL- Suspensa instância. Condicionada à decisão do 23/2000 – 4º Juízo Cível TJVC

---

PROCESSO- 1112/01 – 5º Juízo TAC Porto  
ESPÉCIE- Recurso Contencioso  
AUTOR/RECORRENTE- Domingos Morada Branco Mendes  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despachos Ver. Área Funcional PGU  
ESTADO ACTUAL- Recurso procedente. Recurso STA

---

PROCESSO- 684/02. 3º Juiz TAC Porto  
ESPÉCIE- Acção Popular p/ reconhecimento de direito ou interesse legalmente protegido  
AUTOR/RECORRENTE- Maria Irene Fernandes Pequito Carvalho Rego e outro  
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Vrs .pedidos relacionados c/ aplicação do PUC em Areosa  
ESTADO ACTUAL- Julgada improcedente. Processo concluído.

---

PROCESSO- 1135/02 – TAF Porto  
ESPÉCIE- Acção Popular (recurso Contencioso)  
AUTOR/RECORRENTE- Associação Empresarial de Viana do Castelo  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho Ver.Área Funcional P.G.U.  
ESTADO ACTUAL- Recurso para o STA

---

PROCESSO- 2746/03 – 3º Juízo Cível TJVC  
ESPÉCIE- Acção Processo Ordinário  
AUTOR/RECORRENTE- Manuel António Martins Gonçalves  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo e Outros  
OBJECTO/PEDIDO- Pedido indemnização. Danos em edifício. Obra parque estacionamento Avenida dos Combatentes.  
ESTADO ACTUAL- Julgamento

---

PROCESSO- 3408/03 – 2º Juízo Cível TJVC  
ESPÉCIE- Acção Processo Ordinário  
AUTOR/RECORRENTE- Graziela Barros Araújo  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo e Outros  
OBJECTO/PEDIDO- Pedido indemnização. Danos causados em veículo obra saneamento.  
ESTADO ACTUAL- Concluído

---

PROCESSO- 506/04.2BEBRG – TAF Braga U.O. 1  
ESPÉCIE- Acção Administrativa Comum Sumaríssima  
AUTOR/RECORRENTE- Vítor Jorge Dias Balinha  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização acidente viação obras saneamento  
ESTADO ACTUAL- Julgamento. Aguarda sentença

---

PROCESSO- 761/04.8BEBRG – TAF Braga  
ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial Anulação Acto Administrativo  
AUTOR/RECORRENTE- Fernando Alberto Santos Gomes e Outro  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho Ver.Área Funcional PGU  
ESTADO ACTUAL- Aguarda sentença

---

PROCESSO- 1059/04.7BEBRG – TAF Braga U.O.  
ESPÉCIE- Acção administrativa especial de pretensão conexa c/ actos administrativos  
AUTOR/RECORRENTE- Maria Isabel Ribeiro de Abreu Bacelar Cabido e Outros  
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho determinação Obras  
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

---

PROCESSO- 1123/04.2BEBRG – TAF Braga U.O. 2  
ESPÉCIE- Acção Administrativa Comum - Forma Ordinária  
AUTOR/RECORRENTE- Transportadora Senhora da Graça, Lda.  
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo e Outros  
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização acidente de viação  
ESTADO ACTUAL- Acção Procedente.

---

PROCESSO- 1323/04.5BEBRG – TAF Braga 2ª U.O.  
ESPÉCIE- Impugnação  
AUTOR/RECORRENTE- Pereiras & Ribeiro, S.A.  
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Anulação acto liquidação T.I.U.  
ESTADO ACTUAL- Impugnação Improcedente. Prazo de recurso.

---

PROCESSO- 1420/04 – 2º Juízo Cível TJVC  
ESPÉCIE- Acção Processo Sumário  
AUTOR/RECORRENTE- António de Araújo  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Pedido de indemnização. Danos em veículo. Obras na via pública  
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

---

PROCESSO- 3267/04.1TBVCT – 1º J.C.  
ESPÉCIE- Acção de Processo Ordinário

LW

AUTOR/RECORRENTE- António Luis Costa P. M. Faria Araújo e Outros  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Declaração propriedade prédio, restituição e indemnização  
ESTADO ACTUAL- Pendente de execução de sentença.

---

PROCESSO- 219/04.0TBVCT – 1º J. do T.J.V.C.  
ESPÉCIE- Expropriação  
AUTOR/RECORRENTE- Maria Júlia Santos  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Expropriação eixo transversal areosa – 2ª fase  
ESTADO ACTUAL- Recurso acórdão árbitros

---

PROCESSO- 77/05.2BEBRG – TAF Braga U.O. 1  
ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial Pretensão Conexa Actos Administrativos  
AUTOR/RECORRENTE- Granimármore, S.A.  
REU/RECORRIDO- Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Anulação despacho cessação actividade Vereador P.G.U.  
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

---

PROCESSO- 484/05.0BEBRG – TAF Braga U.O. 1  
ESPÉCIE- Acção administrativa especial de pretensão conexa c/ actos administrativos  
AUTOR/RECORRENTE- Horácio Joaquim Bacelar e Faria  
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Anulação deliberação Câmara processo disciplinar  
ESTADO ACTUAL- Acção julgada procedente. Recurso para o T.C.A.N  
O T.C.A.N. negou provimento ao recurso – Recurso para STA

---

PROCESSO- 1083/05.2BEBRG – TAF Braga U.O.  
ESPÉCIE- Providência Cautelar  
AUTOR/RECORRENTE- Alcino Ferreira Lemos e Outros  
REU/RECORRIDO- Estado e Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- a) Suspensão eficácia declaração utilidade pública expropriação Edifício Jardim; b) Suspensão eficácia declaração urgência expropriação Edifício Jardim; c) Suspensão eficácia Plano Pormenor Centro Histórico na parte implantação Edifício Jardim.  
ESTADO ACTUAL- Providência decretada. Recurso 2ª instância

---

PROCESSO- 1110/05.3BEBRG – TAF Braga U.O. 1  
ESPÉCIE- Providência Cautelar  
AUTOR/RECORRENTE- Antonino da Silva Antunes e Outros  
REU/RECORRIDO- Estado  
CONTRA-INTERESSADOS- Município de Viana do Castelo e Outros  
OBJECTO/PEDIDO- Suspensão eficácia declaração utilidade pública expropriação Edifício Jardim  
ESTADO ACTUAL- Providência decretada. Recurso 2ª Instância.

---

PROCESSO- 1147/05.2BEBRG – TAF Braga U.O.  
ESPÉCIE- Providência Cautelar  
AUTOR/RECORRENTE- José Marçal Gonçalves Teixeira  
REU/RECORRIDO- Estado Português  
CONTRA-INTERESSADOS- Município de Viana do Castelo e outros  
OBJECTO/PEDIDO- a) Suspensão eficácia declaração utilidade pública expropriação Edifício Jardim;  
ESTADO ACTUAL- Providência decretada. Recurso TCA-N

---

PROCESSO- 1191/05.0BEBRG – TAF Braga U.O. 2  
ESPÉCIE- Acção Administrativa Comum -Forma Ordinária  
AUTOR/RECORRENTE- Viana-Burger Restauração, Lda.  
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização despejo fracção sem licença de utilização  
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

---

PROCESSO- 1312/05.2BEBRG – TAF Braga U.O.2  
ESPÉCIE- Providência Cautelar  
AUTOR/RECORRENTE- Abílio Gonçalves Teixeira e Outros  
REU/RECORRIDO- Estado Português  
CONTRA-INTERESSADOS- Município de Viana do Castelo e outros  
OBJECTO/PEDIDO- a) Suspensão eficácia declaração utilidade pública expropriação Edifício Jardim;  
ESTADO ACTUAL- Recurso para o T.C.A..

---

PROCESSO- 562/05.6BEBRG – TAF Braga 2ª U.O.  
ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial de pretensão conexa c/ actos administrativos  
AUTOR/RECORRENTE- Ministério Público  
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Impugnação licenciamento de construção  
ESTADO ACTUAL- Decisão 1ª Instância. Recurso procedente. p/ TCAN

---

PROCESSO- 604/05.5BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.  
ESPÉCIE- Acção administrativa comum - forma sumária  
AUTOR/RECORRENTE- Ilda Maria Duarte de Miranda  
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo e outros  
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização acidente viação  
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

---

PROCESSO-654/05.1BEBRG  
ESPÉCIE -Impugnação  
AUTOR/RECORRENTE- Aurora Luísa Ferreira Salgado Cadeco  
REU/RECORRIDO -Município de Viana do Castelo

1-11

OBJECTO/PEDIDO -Impugnação Fiscal  
ESTADO ACTUAL- A impugnação foi julgada procedente

---

PROCESSO- 655/05.0BEBRG – TAF Braga 3ª U.O.  
ESPÉCIE- Impugnação fiscal  
AUTOR/RECORRENTE- José António Rei Ramos Amorim  
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Impugnação liquidação taxas infra-estruturas urbanísticas  
ESTADO ACTUAL- A impugnação foi julgada procedente, anulando-se a liquidação.

---

PROCESSO- 747/05.5BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.  
ESPÉCIE- Acção administrativa especial de pretensão conexa c/ actos administrativos  
AUTOR/RECORRENTE- António Pais Matos Reis  
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Anulação deliberação processo disciplinar  
ESTADO ACTUAL- Aguarda sentença.

---

PROCESSO- 1204/05.5BEBRG – TAF Braga U.O.  
ESPÉCIE- Acção administrativa especial de pretensão conexa c/ actos administrativos  
AUTOR/RECORRENTE- Antonino Silva Antunes (e outros)  
REU/RECORRIDO- Ministério Ambiente, Ord. Território e Desenv. Regional  
CONTRA-INTERESSADOS- Município de Viana do Castelo e outros  
OBJECTO/PEDIDO: Impugnação Declaração Utilidade Pública Expropriação Edifício Jardim  
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

---

PROCESSO- 1281/05.9BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.  
ESPÉCIE- Acção administrativa especial de pretensão conexa c/ actos administrativos  
AUTOR/RECORRENTE- Transcolvia -Transportes Colectivos de Viana do Castelo Lda.  
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Anulação deliberação Concessão Serviço Público Transportes Passageiros  
ESTADO ACTUAL- Aguarda decisão.

---

PROCESSO- 1343/05.2 BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.  
ESPÉCIE- Acção administrativa especial de pretensão conexa c/ actos administrativos  
AUTOR/RECORRENTE- Alcino Ferreira Lemos (e outros)  
REU/RECORRIDO- Estado e Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO - Impugnação Declaração Utilidade Pública Expropriação Edifício Jardim  
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

---

PROCESSO- 1354/05.8 BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.  
ESPÉCIE- Processo cautelar

AUTOR/RECORRENTE- José Joaquim Alves (e outros)  
REU/RECORRIDO- Estado Português  
Contra-Interessado- Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO - Impugnação Declaração Utilidade Pública Expropriação Edifício Jardim  
ESTADO ACTUAL- Aguarda decisão

---

PROCESSO- 89/06.9BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.  
ESPÉCIE- Acção administrativa comum – Forma ordinária  
AUTOR/RECORRENTE- Orlando José Fonseca da Silva e Carmo  
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização. Queda ramo de árvore em veículo  
ESTADO ACTUAL- Aguarda despacho saneador

---

PROCESSO- 134/06.8BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.  
ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial de pretensão conexa c/ actos administrativos  
AUTOR/RECORRENTE- Ministério Público  
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Impugnação licenciamento estufas  
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

---

PROCESSO: 219/06.0BEBRG TAF Braga – UO2  
ESPÉCIE- Acção administrativa especial de pretensão conexa c/ actos administrativos  
AUTOR/RECORRENTE- TMN - Telecomunicações Móveis S.A.  
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Anulação acto administrativo embargo  
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

---

PROCESSO- 813/06.0BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.  
ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial de pretensão conexa c/ actos administrativos  
AUTOR/RECORRENTE- Manuel Alves Lousinha  
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Impugnação ordem demolição  
ESTADO ACTUAL- Acção Improcedente.

---

PROCESSO- 1243/06.9BEBRG – TAF Braga 1ª U.O.  
ESPÉCIE- Acção Administrativa Comum forma sumária  
AUTOR/RECORRENTE- Alberto Alfredo Sá Lourenço  
REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO- Indemnização acidente de viação  
ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento

---

PROCESSO- 1467/06.9BEBRG – TAF Braga 2ª U.O.  
ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial de pretensão conexa c/ actos administrativos

AUTOR/RECORRENTE- TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais S.A.  
 REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo  
 OBJECTO/PEDIDO- Impugnação ordem remoção antena comunicações móveis  
 ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

---

PROCESSO- 1504/06.7.TBVCT – TJ Viana do Castelo 2º Juízo Cível  
 ESPÉCIE- Acção de Processo Ordinário  
 AUTOR/RECORRENTE- Luís Filipe Vieira Santos  
 REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo  
 OBJECTO/PEDIDO- Restituição de prédio e indemnização  
 ESTADO ACTUAL- Apelação Improcedente, confirmou-se sentença impugnada

---

PROCESSO- 1582/06.9BEBRG – TAF Braga 2ª U.O.  
 ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial de pretensão conexa c/ actos administrativos  
 AUTOR/RECORRENTE- Domingos Morada Branco Mendes  
 REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo  
 OBJECTO/PEDIDO- Impugnação a.a. intenção de ordenar reposição terreno  
 ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

---

PROCESSO- 2017/06.2TBVCT – TJ Viana do Castelo 2º Juízo Cível  
 ESPÉCIE- Acção de Processo Sumário  
 AUTOR/RECORRENTE- Patrícia Domingues Pereira  
 REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo e outro  
 OBJECTO/PEDIDO- Indemnização danos inundação  
 ESTADO ACTUAL- Acção procedente.

---

PROCESSO- 3678/06.8TBVCT – TJ Viana do Castelo 4º Juízo Cível  
 ESPÉCIE- Acção de Processo Ordinário  
 AUTOR/RECORRENTE- Carlos Alberto Miranda de Oliveira  
 REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo e outro  
 OBJECTO/PEDIDO- Indemnização acidente de viação  
 ESTADO ACTUAL- Ac. Procedente

---

PROCESSO- 87/07.5BEBRG – TAF Braga 2ª U.O.  
 ESPÉCIE- Acção Administrativa Especial de pretensão conexa c/ actos administrativos  
 AUTOR/RECORRENTE- TMN-Telecomunicações Móveis  
 REU/RECORRIDO- Município de Viana do Castelo  
 OBJECTO/PEDIDO- Impugnação embargo  
 ESTADO ACTUAL- Aguarda decisão.

---

PROCESSO-85/07.9 BEBRG – U.O.1 – TAF BRAGA  
 ESPECIE – Ac. Adm. Especial  
 AUTOR7RECORRENTE: TMN-Telecomunicações Móveis  
 REU7RECORRIDO-Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Impugnação  
 ESTADO ACTUAL – Ac. Procedente

---

PROCESSO – 324/07.6BEBRG – U.O.1- TAF Braga  
 ESPECIE – Processo Cautelar  
 AUTOR/RECORRENTE – Ericson Telecomunicações, Lda.  
 REU/RECORRIDO – Município de Viana do Castelo  
 OBJECTO/PEDIDO – Suspensão Eficácia – Renovação Antena (Santa Maria G. Lima))  
 ESTADO ACTUAL – Aguarda decisão.

---

PROCESSO- 345/07 – TJVC  
 ESPÉCIE- Acção Processo Sumário  
 AUTOR/RECORRENTE- Maria Dulce Quintas Rodrigues e outros  
 REU/RECORRIDO- JF de Alvarães e CMVC  
 OBJECTO/PEDIDO- Reconhecimento de direito de propriedade sobre prédio  
 ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

---

PROCESSO – 406/07.4 BEBRG – TAF Braga  
 ESPECIE – Processo Cautelar  
 AUTOR/RECORRENTE – Ericsson Telecomunicações, Lda.  
 REU/RECORRIDO – Município de Viana do Castelo  
 OBJECTO/PEDIDO – Suspensão Eficácia – Remoção Antena – Santa Maria Maior  
 ESTADO ACTUAL – Oposição

---

PROCESSO – 417/07.OBEBRG – 2ª U.O. – TAF Braga  
 ESPECIE – Ac. Adm. Especial Impugnação Acto Administrativo  
 AUTOR/RECORRENTE – José Henrique Guimarães Salgado Zenha  
 REU/RECORRIDO - Município de Viana do Castelo  
 Contra-Interessado- Manuel Maria Gomes e Outros  
 OBJECTO/PEDIDO – Anulação Despacho Realização Obras de Conservação  
 ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento.

---

PROCESSO – 510/07.9 BEBRG – U.O.1 TAF Braga  
 ESPECIE – Ac. Adm. Especial Pretensão Conexa Actos Administrativos  
 AUTOR/RECORRENTE – Manuel Alves Rodrigues e Outros  
 REU/RECORRIDO – Município de Viana do Castelo  
 Contra – Interessada – Olívia de Sousa Viana Manso e Outros  
 OBJECTO/PEDIDO – Impugnação Acto A. Arquitectura.  
 ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento.

---

PROCESSO – 512/07.5BEBRG – U.O.2 TAF Braga  
 ESPECIE – Ac. Adm. Esp. Pretensão Conexa Actos Administrativos  
 AUTOR/RECORRENTE – TMN-Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.  
 REU/RECORRENTE- Município de Viana do Castelo



OBJECTO/PEDIDO – Impugnação Remoção Infra-Estruturas  
ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento.

---

PROCESSO – 628/07.8BEBRG – U.O. TAF Braga  
ESPECIE – Ac. Adm. Esp. Pretensão Conexa Actos Administrativos  
AUTOR/RECORRENTE – ERISSON-Telecomunicações LDA.  
REU/RECORRENTE- Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO – Impugnação Remoção Infra-Estruturas-Sta Mª Geraz Lima  
ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento.

---

PROCESSO – 697/07.0BEBRG – U.O. TAF Braga  
ESPECIE – Ac. Adm. Esp. Pretensão Conexa Actos Administrativos  
AUTOR/RECORRENTE – ERISSON-Telecomunicações LDA.  
REU/RECORRENTE- Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO – Impugnação Remoção Infra-Estruturas-Sta Mª Maior  
ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento.

---

PROCESSO – 754/07.3BEBRG – U.O.2 TAF Braga  
ESPECIE – Ac. Adm. Esp. Pretensão Conexa Actos Administrativos  
AUTOR/RECORRENTE – TMN-Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.  
REU/RECORRENTE- Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO – Impugnação Remoção Infra-Estruturas- Meadela  
ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento.

---

PROCESSO – 1067/07.6BEBRG – U.O.1 TAF Braga  
ESPECIE – Ac. Adm. Esp. Pretensão Conexa Actos Administrativos  
AUTOR/RECORRENTE – Ana Paula Parente Amorim  
REU/RECORRENTE- Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO – Impugnação deliberação processo disciplinar  
ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento.

---

PROCESSO – 1258/07.0BEBRG – U.O.1 TAF Braga  
ESPECIE – Ac. Adm. Esp. Pretensão Conexa Actos Administrativos  
AUTOR/RECORRENTE – Manuel Alves Rodrigues e Outro  
REU/RECORRENTE- Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO – Impugnação licenciamento de obras  
ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento.

---

PROCESSO – 3696/07.9.TBVCT  
ESPECIE – Acção Processo Sumario  
AUTOR/RECORRENTE – António da Piedade Rei e outros  
REU/RECORRENTE- SMSBVC e Aguas do Minho e Lima SA  
OBJECTO/PEDIDO – Reconhecimento propriedade e indemnização  
ESTADO ACTUAL – Julgamento. Aguarda decisão.

---

PROCESSO – 92/08.4BEBRG – U.O.1 TAF Braga  
ESPECIE – Ac. Adm. Esp. Pretensão Conexa Actos Administrativos  
AUTOR/RECORRENTE – Irmãos Gonçalves, Lda  
REU/RECORRENTE- Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO – Impugnação ordem demolição  
ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento

---

PROCESSO – 300/08.1BEBRG –TAF Braga  
ESPECIE – Ac. Adm. Esp. Pretensão Conexa Actos Administrativos  
AUTOR/RECORRENTE – Domingos Arantes e Sousa, SA  
REU/RECORRENTE- Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO – Impugnação ordem demolição  
ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento.

---

PROCESSO – 347/08.8BEBRG – U.O.1 TAF Braga  
ESPECIE – Outros Processos Cautelares  
AUTOR/RECORRENTE – Domingos Arantes e Sousa SA  
REU/RECORRENTE- Ministério da Economia e Inovação  
CONTRA-INTERESSADO- Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO – Impugnação ordem demolição  
ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento.

---

PROCESSO – 540/08.BEBRG – U.O.1 TAF Braga  
ESPECIE – Outros processos cautelares  
AUTOR/RECORRENTE – Virgin Flower- Comércio Internacional de Flores, Lda  
REU/RECORRENTE- Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO – Suspensão eficácia ordem embargo  
ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento.

---

PROCESSO – 1578/08.6BERG-U.O.1 TAF Braga  
ESPECIE – Acção Administrativa Especial  
AUTOR/RECORRENTE – José Carlos Santos Loureiro e outros  
REU/RECORRIDO – Município de Viana do castelo, Ministério da Agricultura  
Desenvolvimento Rural e Pescas e Estado Português (representado pelo M.P.)  
OBJECTO/PEDIDO – Declaração de Nulidade Norma Plano Director Municipal de Viana  
do Castelo  
ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento

---

PROCESSO – 1705/08.3BERG-U.O. 1 TAF Braga  
ESPECIE – Acção Administrativa Especial  
AUTOR/RECORRENTE: Carlos Alberto da Torre Borlido  
REU/RECORRIDO – Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO – Revogação Despacho Vereador do Pelouro  
ESTADO ACTUAL – Recurso para o T.C.A.

---

PROCESSO: 1447/08.0BEBRG – UO1 TAF BRAGA  
 ESPÉCIE – Ac. Adm. Especial  
 AUTOR – Richard David Buckley e mulher  
 REU – Município de Viana do Castelo  
 OBJECTO/PEDIDO – Anulação acto administrativo  
 ESTADO ACTUAL – Aguarda julgamento

---

PROCESSO- 1964/08.1TBVCT  
 ESPÉCIE- Acção Ordinário  
 AUTOR/RECORRENTE- Manuel Pereira Vicente e Outro  
 REU/RECORRIDO- José Silva Lima e Outro  
 OBJECTO/PEDIDO- Indemnização  
 ESTADO ACTUAL- Aguarda julgamento.

---

PROCESSO: 1052/08.0BEBRG – TAF BRAGA  
 ESPECIE: Ac. Adm. Especial  
 AUTOR: José Marçal Gonçalves Teixeira  
 Contra Interessado: Morviana – Construções, SA e Outros  
 RÉU: Município de Viana do Castelo  
 OBJECTO/PEDIDO:  
 ESTADO ACTUAL: Contestação

---

PROCESSO: 697/08.3TAVCT – TJVC  
 ESPECIE: Inquérito  
 AUTOR: SMSBVC  
 RÉU: Nuno António Alves Martins de Sousa  
 OBJECTO/PEDIDO:  
 FASE: Julgamento

---

PROCESSO – 676/09.3BEBRG – U.O.1 TAFB  
 ESPECIE – Prov. Cautelar  
 AUTOR –OPTIMUS TOWERING  
 REU – Município de Viana do Castelo  
 C. INTERESSADO – Junta Freguesia de Darque  
 OBJECTO/PEDIDO: Suspensão Ordem de Remoção do Vereador de 16/3/09  
 ESTADO ACTUAL – Aguarda Julgamento.

---

PROCESSO – 677/09.1BEBRG – U.O.1 TAFB  
 ESPECIE – Prov. Cautelar  
 AUTOR: Optimus Towering  
 RÉU: Município de Viana do Castelo  
 C. Interessada: Junta de Freguesia de Darque e Outros  
 OBJECTO/PEDIDO – Suspensão Ordem de Remoção Vereador de 16/3/09  
 ESTADO ACTUAL – Aguarda Julgamento.

---

PROCESSO – 814/09.6BEBRG UO 1 TAFB  
ESPECIE – Ac. Adm. Especial  
AUTOR: BE Towering  
REU – Município de Viana do Castelo  
C. Interessada – Junta de Freguesia de Darque e Outros  
OBJECTO/PEDIDO – Declaração de Nulidade ou Anulação despacho do Vereador  
ESTADO - Contestação.

---

PROCESSO – 816/09.2BEBRG – UO 1 TAFB  
ESPECIE – Ac. Adm. Especial  
AUTOR – BE Towering  
REU – Município de Viana do Castelo  
C. Interessada – Junta de Freguesia de Darque e Outros  
OBJECTO/PEDIDO – Declaração de Nulidade ou Anulação despacho do Vereador  
ESTADO – Contestação.

---

PROCESSO – 1453/09.7TBVCT  
ESPECIE – Ac. Processo Ordinário  
AUTOR – Firmino de Jesus Moreira da Cunha  
REU – Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO – Restituição de Prédio  
ESTADO – Decisão

---

PROCESSO – 964/09.9BEBRG  
ESPECIE – Ac. Processo Sumário  
AUTOR – Joaquim Mário Miranda Silva  
RÉU – Instituto Portuário e de Transportes Marítimos e Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO-PEDIDO: Indemnização  
ESTADO: Contestação

---

PROCESSO: 2146/09.0TBVCT – T.J.V.C.  
ESPECIE: Fixação Judicial de Prazo  
AUTOR: Manuel Caetano Jaques e outro  
REQUERIDO: Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO: Fixação de prazo  
ESTADO: Contestação

---

PROCESSO: 1180/09.5BEBRG – TAFB  
ESPECIE: Ac. Administrativa Especial  
AUTOR: Luísa Maria de Oliveira Martins  
RÉU: Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO:  
ESTADO: Contestação

---

PROCESSO: 1110/09.4BEBRG – U.O.1 TAFB  
ESPECIE: Ac. Administrativa Especial  
AUTOR: Convento de Frades-Comércio e Indústria de Produtos Alimentares, Lda  
RÉU: Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO: Declaração de Nulidade ou de Anulação do Despacho do Vereador  
ESTADO: Julgamento

---

PROCESSO: 1150/09.3BEBRG – TAF BRAGA  
ESPECIE: Ac. Administrativa Especial  
AUTOR: Luís Filipe Dias Brandão  
RÉU: Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO: Declaração de Nulidade ou de Anulação do Despacho do Vereador  
ESTADO: Julgamento

---

PROCESSO: 2352/09.8TBVCT – TJV Castelo  
ESPECIE: Ac. Proc. Ordinário  
AUTOR: Luziamar, Sociedade Promotora do Turismo Vianense, SA.  
RÉU: Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO: Reconhecimento de Propriedade  
ESTADO: Contestação

---

PROCESSO: 1485/08.2 BEBRG TAF Braga  
ESPECIE: Processo de Impugnação  
AUTOR: Adérito Jorge de Abreu Cardoso  
RÉU: Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO: Declaração de Nulidade ou de Anulação do Despacho Vereador  
ESTADO: Impugnação julgada parcialmente procedente

---

PROCESSO: 133/09.8BEPRT – TAF do Porto  
ESPECIE: Ac. Executiva – U.O. 2  
AUTOR: Manuel Carlos da Costa Marinho  
REU: Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO: Suprir deficiências  
ESTADO: Contestação

---

ESPECIE: Acção Administrativa Especial  
AUTOR: Município de Viana do Castelo  
RÉUS: CIM – Alto Minho – Autoridade de Gestão do ON2  
OBJECTO/PEDIDO: Condenação à admissão da Candidatura ao QREN  
FASE: Contestação

---

PROCESSO:110/08.6TBVCT  
ESPÉCIE: Ac. Sumária

AUTOR: Carlos Augusto Pinto Azevedo  
 REU: Junta de Freguesia de Mazarefes/Município de V.C./Outros  
 OBJECTO/PEDIDO: Restituição de posse/Indemnização  
 ESTADO: Julgamento

---

PROCESSO: ESPECIE: Acção Sumária  
 AUTOR: José Manuel Mendes Alves e outro  
 RÉU: Município de Viana do Castelo  
 OBJECTO/PEDIDO: Justificação Judicial de direito de propriedade  
 FASE: Julgamento

---

PROCESSO: 1656/09.4BEBRG – TAF BRAGA  
 ESPECIE: Ac. Adm. Ordinária  
 AUTOR: Manuel Luís Martins Gigante  
 REU: Câmara Municipal de Viana do Castelo  
 OBJECTO/PEDIDO: Indemnização  
 FASE: Contestação

---

PROCESSO: 1606/07.2BEBRG – U.O.1 – TAF BRAGA  
 ESPECIE: Ac. Administrativa Especial  
 AUTOR: António Dantas da Cunha e outros  
 REU: Vianópolis/Município de Viana do Castelo  
 OBJECTO/PEDIDO: Declaração de Nulidade/Anulação da D.U.P. do Edifício Jardim.  
 FASE: Contestação

---

PROCESSO: 2520/09.2TBVCT – TJ VIANA DO CASTELO  
 ESPECIE: Ac. Sumária  
 AUTOR: Paulo Gonçalves Pereira  
 REU: Açoreana, Comp<sup>a</sup> de Seguros, SA/Município de Viana do Castelo  
 OBJECTO/PEDIDO: Indemnização  
 FASE: Julgamento

---

PROCESSO: 1667/09.0BEBRG – U.O.1 – TAF BRAGA  
 ESPECIE: Ac. Administrativa Especial  
 AUTOR: Gilberto de Carvalho Enes  
 REU: Município de Viana do Castelo  
 OBJECTO/PEDIDO: Anulação de adjudicação de fornecimento.  
 FASE: Contestação

---

PROCESSO: 1598/09.3BEBRG - Braga  
 ESPECIE: Impugnação  
 Impugnado: Direcção de Finanças de Viana do Castelo  
 Impugnante: Bernardino João Videiras Tavares  
 OBJECTO/PEDIDO: Anulação da Liquidação de taxa  
 ESTADO: Julgamento

---

PROCESSO: 178/10.5BEBRG – U.O. 1 – TAF BRAGA  
ESPECIE: Ac. Administrativa Comum Sumária  
AUTOR: Manuel Eduardo Gouveia Félix de Queirós  
RÉU: Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO: Indemnização  
FASE: Julgamento

---

PROCESSO: 932/10.8 TBVCT – 2º Juízo – TJVC  
ESPECIE: Ac. Sumária (Despejo)  
AUTOR: Município de Viana do Castelo  
REU: Idalina Maia Madeira  
ESTADO: Julgamento

---

PROCESSO: 929/10.8TBVCT – 3º Juízo – TJVC  
ESPECIE: Ac. Sumária (Despejo)  
AUTOR: Município de Viana do Castelo  
REU: Ernesto Manuel Macedo Sotto Mayor  
ESTADO: Julgamento

---

PROCESSO: 930/10.1TBCT – 2º Juízo – TJVC  
ESPECIE: Ac. Sumária (Despejo)  
AUTOR: Município de Viana do Castelo  
REU: Carla Sofia Leite Pires Costa Peixoto  
ESTADO: Julgamento

---

PROCESSO: 931/10.1TBVCT – 2º Juízo TJCT  
ESPECIE: Ac. Sumária (Despejo)  
AUTOR: Município de Viana do Castelo  
REU: Maria Gorete Freitas Dias Maciel  
ESTADO: Julgamento

---

PROCESSO: 927/10.1TVCT – 2º Juízo TJVC  
ESPECIE: Ac. Sumária (Despejo)  
AUTOR: Município de Viana do Castelo  
REU: Graça Maria Parente Ribeiro Correia  
ESTADO: Julgamento

---

PROCESSO: 926/10.3TVCT - 3º Juízo TJVC  
ESPECIE: Ac. Sumária (Despejo)  
AUTOR: Município de Viana do Castelo  
REU: Cândida Maria Gonçalves Lima Cavaleiro da Silva  
ESTADO: Julgamento

---

PROCESSO: 923/10.9TBVCT – 1º juízo TJVC  
ESPECIE: Ac. Sumária (Despejo)  
AUTOR: Município de Viana do Castelo  
REU: Paulo Gonçalves Francês  
ESTADO: Julgamento

---

PROCESSO: 919/10.0TBVCT – 2º Juízo Cível TJVC  
ESPECIE: Ac. Sumária (Despejo)  
AUTOR: Município de Viana do Castelo  
REU: José Simões  
ESTADO: Julgamento

---

PROCESSO: 918/10.2TBVCT – 3º Juízo Cível TJVC  
ESPECIE: Ac. Sumária (Despejo)  
AUTOR: Município de Viana do Castelo  
REU: Maria de Fátima Miranda da Costa Leitão  
ESTADO: Julgamento

---

PROCESSO: 302/10.8BEBRG BRAGA, U.O. 1  
ESPECIE: Ac. Administrativa Especial  
AUTOR: Deproma – Derivados e Produtos de Madeira, Ldª.  
REU: Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO: Declaração de Nulidade do Acto ou Revogado o Acto  
ESTADO: Contestação

---

PROCESSO: 687/10.6BEBRG – U.O.1 TAF Braga  
ESPECIE: Ac. Sumaríssima  
AUTOR: Augusto Gomes de Castro  
REU: Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO: Indemnização  
ESTADO: Contestação

---

PROCESSO: 800/10.3BEBRG – UO 1 TAF Braga  
ESPECIE: Ac. Administrativa Especial  
AUTOR: José Paulo Esteves Martins Pinheiro  
REU: Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO: Declaração de Nulidade do Acto que revogou o despacho de 26 de Maio de 2009  
ESTADO: Contestação

---

PROCESSO: 1598/09.3BEBRG - Braga  
ESPECIE: Impugnação  
Impugnado: Direcção de Finanças de Viana do Castelo  
Impugnante: Bernardino João Videiras Tavares



OBJECTO/PEDIDO: Anulação da Liquidação de taxa  
ESTADO: Julgamento

---

PROCESSO: 543/10.8BEBRG-UO 1-TAF Braga  
ESPECIE: Ac. Adm. Ordinária  
AUTOR: ACF – Arlindo Correia & Filhos, SA  
REU: Município de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO: Indemnização/Trabalhos a mais/Empreitada do Museu do Traje  
ESTADO: Contestação

---

PROCESSO: 553/10.5 – UO1 – TAF Braga  
ESPECIE: Ac. Administrativa Especial  
AUTOR: João de Deus Monteiro Gonçalves e outro  
C.I. Câmara Municipal de Viana do Castelo  
REU: Ministério do Ambiente, Ordenamento Território e do Desenvolvimento Regional  
OBJECTO/PEDIDO: Anulação de pareceres  
ESTADO: Contestação

---

PROCESSO: 775/10.9 – UO1 – TAF Braga  
ESPECIE: Ac. Especial Administrativa  
AUTOR: Manuel Gomes de Sá Alves  
REU: Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO: Declaração de nulidade/anulação da ordem de demolição  
ESTADO: Contestação

---

PROCESSO: 1384/10.8BEBRG – TAF Braga  
ESPECIE: Ac. Adm Comum - Sumário  
AUTOR: Maria de Fátima Vieira da Cruz Correia  
REU: Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO: Restituição quantia.  
ESTADO: Contestação

---

PROCESSO: 860/10.7BEBRG - TAF Braga  
ESPECIE: Processo de impugnação  
AUTOR: Nortegás, Lda  
REU: Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO: Arquivamento do acto tributário.  
ESTADO: Contestação

---

PROCESSO: 1727/10.4BEBRG - TAF Braga  
ESPECIE: Providência Cautelar  
AUTOR: Sociedade de Construções do Bico, Lda  
REU: Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO: Suspensão da eficácia do procedimento concursal.

ESTADO: Contestação

---

PROCESSO: 2012/10.7BEBRG - TAF Braga  
ESPECIE: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos  
AUTOR: Alcídio Afonso da Rocha Lima  
REU: Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO: Anulação do acto de demolição  
ESTADO: Contestação

---

PROCESSO: 1728/10.2BEBRG - TAF Braga  
ESPECIE: Providência Cautelar  
AUTOR: Sociedade de Construções do Bico, Lda  
REU: Câmara Municipal de Viana do Castelo  
OBJECTO/PEDIDO: Suspensão da eficácia do procedimento concursal.  
ESTADO: Contestação

Viana do Castelo, 15/12/2010



A CHEFE DE DIVISÃO JURÍDICA



Câmara Municipal de Viana do Castelo

## Execução Orçamental Ano 2010

Período - 2010/01/02 a 2010/12/15

Unidade: Euro

| Execução        |                 |        | Dívida a Fornecedores |
|-----------------|-----------------|--------|-----------------------|
| Receita         | Despesa         | Taxa   |                       |
| 51.545.467,47 € | 50.823.684,57 € | 66,26% | 10.082.638,23 €       |

O Chefe de Divisão Financeira

António Alberto Moreira do Rego  
16-12-2010



## CERTIDÃO

- - - GEORGINA MARIA FERREIRA MARQUES, COORDENADOR TÉCNICO DA SECÇÃO DE ACTAS E APOIO AOS ORGAOS AUTARQUICOS (DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL) DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO: -----

- - - Certifico, a requerimento verbal do Senhor Presidente desta Câmara Municipal e para uso exclusivo da mesma, que da acta da reunião desta mesma Câmara realizada no dia vinte e dois de Novembro findo, consta a seguinte deliberação: -----

- - - (07) PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANEAMENTO BÁSICO PARA 2011:- Presente a

proposta das Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados para 2011, do qual consta a informação prestada pelo Presidente da Câmara que seguidamente se transcreve:- **Proposta - Plano de Actividades e Orçamento**

**para 2011 - 1.ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL** - O Plano de Actividades e Orçamento para 2011 vai naturalmente reflecte as dificuldades orçamentais nacionais, resultantes de uma grave crise internacional, que traduzem objectivamente **um corte de 1,439.129 euros nas transferências da Administração Central para o Município; A conjuntura económica e financeira** arrefeceram as actividades económicas, com especial incidência no sector imobiliário, tendo como consequências a **diminuição das receitas próprias** da Autarquia; As Opções do Plano, que não podem ser dissociadas do Orçamento vão ter que equacionar uma diminuição das receitas, uma reprogramação de investimentos e uma afectação de recursos para áreas sociais, incentivos ao investimento e o **bom aproveitamento dos fundos comunitários** do QREN; A Autarquia vai também aproveitar os investimentos promovidos por entidades como a **Sociedade Polis Litoral Norte e Águas do Noroeste**, para potenciar investimentos associados que permitam a consolidação da rede de infra-estruturas de água e saneamento básico e a requalificação das Frentes Marítimas e dos Planos de Praia; A **Comunidade Inter-Municipal Minho Lima**, prevê um reforço das verbas do QREN, no âmbito da Contratualização, que compensando a boa taxa de execução dos projectos dos Centros Escolares, Mobilidade Urbana, Ciclo Urbano da Água (água e saneamento), possa traduzir-se num reforço de investimento elegível para novas acções a desenvolver nos próximos anos; A Câmara Municipal tem vindo a elaborar o Projecto do **Centro de Mar**, integrado na Agenda Regional do Mar, desenvolvendo os projectos dos Equipamentos Náuticos, que se prevê possam ter já desenvolvimento no próximo ano, logo que os procedimentos das candidaturas o permitam; O Município vai efectuar um esforço financeiro para apoiar as acções e projectos da **Rede Social**, da qual se destacam os apoios à



construção de equipamentos sociais, projectos de desenvolvimento social e a programas de apoio a situações de emergência, em articulação com a Segurança Social e Instituições Privadas de Solidariedade Social; O apoio ao **desenvolvimento das freguesias** vai ser adequado às novas realidades e pressupostos orçamentais, garantindo-se a manutenção das transferências relativos aos protocolos do Plano de Actividades Municipais, e o ajustamento e reprogramação do investimento em obras e projectos novos, de acordo com as disponibilidades financeiras; A continuidade do **esforço no domínio da Educação será garantido**, aproveitando o programa de investimentos e apoios do QREN aos novos Centros Escolares e à instalação de infra-estruturas tecnológicas; As **iniciativas culturais e eventos desportivos relevantes** terão de ser avaliadas e programadas de acordo com as disponibilidades financeiras, impactos sócio-económicos e fontes de financiamento comunitários; Os **Serviços Municipalizados de Saneamento Básico** ajustarão o seu Plano de Investimentos ao exercício orçamental em curso, privilegiando os investimentos associados às reduções de perdas e complementaridade das acções financiadas por fundos comunitários que vão ter maior expressão no concelho; **O Município de Viana do Castelo cumprirá os objectivos de cortes e contenção na despesa corrente**, garantindo assim os pressupostos de coesão municipal, **dando o exemplo no esforço que a todos vai ser pedido no ano de 2011;** **2. UMA APOSTA NO FUTURO - “Viana do Castelo, apesar das dificuldades orçamentais e da conjuntura económica desfavorável quer ser um destino atlântico, associado aos valores da sustentabilidade, motor de uma economia baseada no mar e nas energias renováveis, espaço de ambiências urbanas e rurais, que reinterpretem a tradição regional em contextos de inovação e contemporaneidade “** Este Executivo Municipal definiu as Grandes Opções do Plano de Actividades para 2011, em sintonia com o trabalho e as propostas resultantes do Plano Estratégico de Viana do Castelo 2009-2015, que focalizam a sua acção nos seguintes domínios:- **→Atração de investimento orientado para a consolidação de dinâmicas económicas existentes e / ou emergentes; →Apostar no sentido de inovação, num quadro crescente de coesão e sustentabilidade com o tecido sócio - económico concelho; →Afirmação de Viana do Castelo nos planos regional, nacional e da euro-região Galiza / Norte de Portugal;** As várias dimensões **Territorial e Ambiental, Económica, Educativa, Social e Cultural** e a **Institucional** corporizam as apostas em cada um dos sectores da actividade municipal, de que resulta a integração de projectos, o bom aproveitamento dos fundos comunitários, a consolidação da educação e do acolhimento empresarial, a aposta no Mar e nas parcerias com as quarenta juntas de Freguesia. O orçamento de 83,833 milhões de euros (Câmara e Serviços Municipalizados) é um orçamento que adequa as dificuldades do enquadramento orçamental com os objectivos



e propostas de futuro do Município de Viana do Castelo. (a) José Maria Costa.". Feita a apresentação dos respectivos documentos, todos os vereadores da Oposição intervieram no sentido de manifestarem as suas posições relativamente às Opções do Plano bem como a sua discordância relativamente à estratégia municipal em matéria de investimentos e política financeira. Analisados e discutidos todos os documentos, procedeu-se à votação tendo-se obtido o seguinte resultado:- 5 votos a favor e 4 votos contra, pelo que foi deliberado propor os referidos documentos à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com as disposições conjugadas do artigo 53º, número 2, alínea b), e do artigo 64º, número 6, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção e do Regime Jurídico instituído pelo Decreto Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL). Esta deliberação foi aprovada por maioria, com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores Vítor Lemos, Ana Margarida Silva, Luís Nobre, Maria José Guerreiro e os votos contra dos Vereadores António Carvalho Martins, Ana Palhares, Antonio Amaral e Aristides Sousa. Por último, foram apresentadas as declarações de voto que seguidamente se transcrevem:-

**"DECLARAÇÃO DE VOTO DOS VEREADORES DO PSD - 1. Análise da Evolução de alguns indicadores:**

|                                     | 2005         | 2009         | Orçamento 2011 |
|-------------------------------------|--------------|--------------|----------------|
| <b>RECEITA TOTAL</b>                | € 39.314.717 | € 55.259.419 | € 70.488.832   |
| <b>DESPESA TOTAL</b>                | € 38.975.369 | € 56.242.717 | € 70.488.832   |
| <b>DESPESA COM PESSOAL</b>          | € 10.274.253 | € 15.204.092 | € 16.611.413   |
| <b>VENDAS DE BENS INVESTIMENTO</b>  | € 552.080    | € 356.227    | € 5760000      |
| <b>AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS</b> | € 7.172.711  | € 10.394.840 | € 11.876.195   |

Esta evolução demonstra de forma clara a urgência de agir sobre a despesa corrente em especial sobre a despesa com pessoal e a aquisição de bens e serviços. É também urgente começar a reduzir o endividamento bancário que atingirá 27.943.340 euros em 2011, muito próximo do seu limite. Pensamos sinceramente que esta evolução deve obrigar o executivo socialista a repensar toda a estratégia. Estratégia que tem obviamente que mudar também em relação à VianaPolis. Na VianaPolis a Câmara Municipal de Viana do Castelo tem 49% do capital social. Tem direitos e obrigações. Foi importante as obras efectuadas mais infelizmente como já vimos afirmando várias vezes se não se agir imediatamente, as consequências das obrigações... terão efeitos graves na gestão financeira da CMVC. Terá consequências graves o "Coliseu" se não conseguir os fundos comunitários para este projecto, um projecto para os Vereadores do PSD extremamente duvidoso, tendo em conta o custo/benefício do mesmo. Também aqui é urgente agir. Os números são realidades objectivas. 2. Este não era o nosso Orçamento nem o nosso Plano. Já a muito



tempo e avisamos teríamos agido sobre a despesa. Era e é impensável continuar a crescer como tem crescido. Continuamos convictamente convencidos da urgência de reduzir o IMI e IMT para o mínimo em 4 anos, o IRS em 2,5% e acabar com a derrama. Esta redução seria acompanhada da redução do mesmo valor da despesa corrente ou seja invertendo o ciclo socialista de mais receita, logo mais despesa. A redução dos impostos aumentava o rendimento disponível dos vianenses e das empresas de Viana e seria um factor para minimizar a perda de competitividade que infelizmente as portagens na A28 trouxeram para Viana. Há opções que concordamos mas estas questões são essenciais para construir o Plano e Orçamento. Por isso votamos contra. (a) Carvalho Martins; (a) Ana Palhares. (a) Carvalho Martins; (a) Ana Palhares. **DECLARAÇÃO DE VOTO DO VEREADOR DO PSD - ANTONIO AMARAL** - Vemos o tempo a passar e a crise a piorar, as desculpas do Governo a não resultarem, a confiança dos cidadãos no Estado descer a níveis assustadoramente baixos e em Viana do Castelo as respostas estruturais, tão necessárias para o concelho, a falharem. Esperava-se, face ao perigo social que se vive em Portugal, em particular no nosso concelho, a somar diariamente desemprego e pobreza, que o Plano e Orçamento do Município de Viana para 2011 alavanca-se o paradigma de uma nova atribuição Autárquica. Porém, o documento apresentado e aprovado pela maioria socialista reflecte um decoro de impunidade à situação financeira do Município. Nesta conjuntura de escassez de recursos, temos o dever moral de gastar menos dinheiro público em “foguetórios” e canalizar toda a poupança para as reais prioridades municipais, num esforço público de combate à crise. Há respostas que podiam ter sido plasmadas neste documento que auxiliariam a prevenir o empobrecimento, a aliviar encargos e a gerar poupanças nas famílias Vianenses. Praticar impostos municipais sobre imóveis mais baixos, usar a Lei das Finanças Locais para discriminar positivamente quem vive mais longe da cidade, dos equipamentos e dos serviços públicos, não lançar derramas sistematicamente sobre as empresas, reduzir tarifas de bens essenciais como a água e saneamento, sobretudo às famílias carenciadas, seriam, entre muitos outros, propósitos oportunos a anunciar neste Plano e Orçamento. As actuais circunstâncias exigem-nos que olhemos para as empresas e as ajudemos a vencer as tremendas dificuldades por que passam actualmente. Mantê-las a funcionar e a pagar aos seus colaboradores é fundamental. E esse não deixa de ser, também, um desígnio autárquico para combater a pobreza e a exclusão social. Para preservar o emprego e apoiar o comércio tradicional, devemos apostar na modernização do comércio de rua como estratégia social, embargando a continua proliferação no concelho de grandes superfícies comerciais que prejudicam gravemente as empresas, na sua maioria de base familiar, e provocam a decadência e a desertificação do nosso centro histórico. É prioritário desagravar a carga fiscal municipal quer aos cidadãos quer às empresas, como imprescindível será proporcionar Cultura de qualidade e não diminuir os apoios ao Desporto. O actual paradigma na



gestão autárquica exige maior peso financeiro nas transferências ao apoio à infância e idosos, tendo por princípio a garantia de igualdade, oportunidades e justiça no acesso das famílias a tais benefícios. Pelo exposto e porque este Plano e Orçamento, não sei se por insensibilidade política se condicionado pela grave dimensão de endividamento e dos elevados custos de funcionamento da máquina autárquica, não dá respostas consistentes as novas realidades económicas e sociais do concelho voto contra a sua aprovação. Termina esta minha declaração deixando um apelo ao Executivo Municipal para que, nestes tempos difíceis, procure ser mais rigorosos na gestão dos dinheiros Públicos e mais assertivo nas prioridades e nos investimentos. Fazer mais e melhor com menos recursos é a chave para vencermos a crise e construirmos um concelho melhor. (a) António Amaral"; **"DECLARAÇÃO DE VOTO DO CDS/PP** - Votei contra as propostas de orçamento e plano de actividades da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados dado que os documentos não são realistas e não apontam no sentido de uma resposta clara e inequívoca à actual situação económica, financeira e social do município. Os pressupostos da redução da despesa anunciados pelo executivo da Câmara Municipal não são claros no documento, dado que a despesa corrente continua com dotação acima dos 30 milhões de euros, quando deveria situar-se em valores da execução do ano de 2008, antes das comemorações dos 750 da atribuição do foral afonsino; acresce ainda que a experiência e os dados evidenciam que esta dotação orçamental, da despesa corrente, tem uma execução próxima dos 100%, ao contrário das rubricas de investimento. Considero este orçamento e plano um malabarismo linguístico, pois afirma que há medidas de contenção da despesa, quando verdadeiramente incorre nos erros habituais, como o de aumentar a despesa primária, ao admitir cerca de meio milhão de euros para recrutamento de pessoal. O que de facto reduz no orçamento para 2011 é a verba inscrita na rubrica transferência de capital, na receita, e a correspondente aquisição de bens de capital pelo lado da despesa, valor este cifrado nos nove milhões de euros. Na verdade, esta redução é puro ilusionismo contabilístico e nada afectará a execução orçamental em 2011, dado que a execução em investimento se cifra habitualmente na ordem dos 50% da dotação inicial, logo será bastante para fazer face a essa rubrica uma previsão inferior em cerca de 25% da verba inscrita para 2011. Neste aspecto, O CDS-PP repudia a sobredotação das rubricas de investimento, já habituais, que não mais servem do que caucionar a despesa corrente, esta, sim, elevada face ao ratio custo-benefício para todos munícipes. Para o CDS-PP, são graves os indicadores orçamentais e financeiros da Câmara Municipal de Viana do Castelo, dado que a receita gerada pela Câmara em impostos, taxas, multas e outras penalidades é totalmente gasta na despesa com pessoal, o que é preocupante e compromete a situação futura; mais ainda quando a capacidade de endividamento do município se aproxima perigosamente do limite de endividamento, sendo que este se prevê crescer até aos 28 milhões de euros em 2011, galgando perto do limite, 30,6 milhões, ao que





acresce o aumento dos custos com encargos financeiros no próximo ano. A prossecução em políticas erradas pelo executivo socialista é evidente nas opções erradas no investimento, que fazem antever o crescimento dos custos de funcionamento da Câmara Municipal, pois além verba superior de seis milhões de euros para o Coliseu/Multiusos sem que haja financiamento aprovado para o mesmo, e neste colosso já foram gastos 5,5 milhões de euros, vai contribuir para periclitare a situação financeira e a sustentabilidade futura do município. Para contrapor às opções socialistas, o CDS-PP propõe:-

- ⇒ revisão do organograma de pessoal da Câmara Municipal, porquanto o elevado número de quadros dirigentes da nova estrutura não é sustentável;
- ⇒ negociação com os moradores para resolução do problema do edifício jardim, da falta de mercado no centro histórico e de comércio no mercado, e consequente liquidação da VianaPolis;
- ⇒ revisão das opções do plano, preterindo no actual contexto relvados sintéticos a favor de uma real acção social e de solidariedade, reforçando a dotação plurianual, assente desde logo na revisão da política de impostos municipais, baixando-os para pessoas singulares e empresas;
- ⇒ estancamento da despesa com pessoal, as admissões e os contratos de avença, reduzindo o impacto desta despesa no orçamento municipal;
- ⇒ redução de 10% da despesa com actividades culturais e eventos desportivos, particularmente os que não envolvem massa populacional significativa, porquanto esta rubrica representa 25% da despesa das Grandes Opções do Plano no orçamento de 2010;
- ⇒ implementação da tarifa familiar de água e redução da factura de água pelo incentivo da factura electrónica e por transferência bancária;
- ⇒ redução da despesa com consumíveis, desencadeando regras e procedimentos internos para esse fim com o pessoal;
- ⇒ redução da despesa com estudos e projectos adjudicados directamente;
- ⇒ aposta na formação do pessoal com recurso a fundos do QREN;
- ⇒ redimensionamento da despesa municipal para valores executados em 2008;
- ⇒ reavaliação e diminuição das verbas transferidas por conta de apoios e diversas entidades, reorientando verba para o reforço do apoio social a situações de carência e de pobreza;
- ⇒ redução do valor das dívidas a fornecedores e às Juntas de Freguesia por conta de deliberações ainda não executadas;
- ⇒ compromisso para a criação de condições para a redução de impostos municipais em 2012;
- ⇒ aumentar os lugares de estacionamento não pago na área urbana e no centro histórico;
- ⇒ valorização do espaço rural ribeirinho e de montanha e favorecimento da criação de actividades económicas produtivas e de turismo nesses territórios.

Teria votado favoravelmente opções que colocam em primeiro lugar as pessoas, que promovem a equidade e o desenvolvimento harmonioso, traduzidas em acções, projectos e programas que o CDS-PP defende para a gestão municipal que atende ao contexto real dos municípios de do município e acautela a sustentabilidade e a governação futuras. (a) Aristides Sousa."; e **"DECLARAÇÃO DE VOTO DO PRESIDENTE - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2011 - A oposição**



infelizmente não quer entender os actuais constrangimentos económicos e financeiros do país, que têm reflexos directos na estrutura orçamental da receita prevista municipal, oriunda da Administração Central. O corte na receita para 2011 é de 1,439.129 euros nas transferências da Administração Central para o Município de Viana do Castelo, o que afecta a capacidade de investimento e de realização autárquica. Apesar destas dificuldades que nos vão afectar, o executivo municipal não vai parar a sua actividade, vai continuar a reduzir a despesa corrente, vai efectuar uma reprogramação de investimentos para o ano de 2011, priorizando os investimentos financiados por fundos comunitários e com uma clara afectação de recursos para a educação, áreas sociais e incentivos ao investimento e à criação de emprego. Este Plano e Orçamento, com restrições e contenções é verdade, não deixa de ser um instrumento que faz uma clara aposta no futuro, lançando novos projectos, consolidando outros, mas acreditando na capacidade e na iniciativa dos vianenses, que estamos certos vão ser capazes de ultrapassar as actuais dificuldades. Este executivo municipal, conta com todos os vianenses que acreditam em projectos e ideias que inovem, acrescentem e mobilizem vontades e investimentos para Viana do Castelo. Já percebemos que desta equipa para construir e mobilizar para o futuro, as oposições não fazem parte, pois apenas se lamuriam, só apontam dificuldades, anunciam desgraças e não trazem nada de novo ao debate político e ao projecto ganhador de Viana do Castelo. (a) José Maria Costa." - - - - -

- - - **Está conforme o original.** - - - - -  
- - - **A acta de que consta a transcrita deliberação foi aprovada em minuta no final da mesma reunião.** - - - - -  
- - - **Viana do Castelo e Departamento de Administração Geral, dezassete de Dezembro do ano dois mil e dez.** - - - - -

## (DOCUMENTO Nº 12)

### PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2011

O Executivo Municipal afirma que o Plano de Actividades e Orçamento para 2011, tendo em atenção as dificuldades orçamentais do País e o arrefecimento da conjuntura económica, irá sofrer um corte de 1.439.129 euros nas transferências da Administração Central e uma diminuição das receitas próprias da Autarquia.

Porém a CDU não pode deixar de registar que tal situação de forte crise internacional e, sobretudo, nacional, representa o corolário de uma política que revelou os piores excessos do neoliberalismo e que colocou a economia sob a quase absoluta ditadura do capital financeiro.

No Manifesto da Associação Francesa de Economia Política, constituída por economistas do sistema, que estão longe de uma ruptura radical com o pensamento dominante e, muito menos, com o capitalismo, mas contudo aterrorizados com os resultados dos excessos do neoliberalismo, afirmam : “ **os mercados financeiros decidiram especular com as dívidas soberanas dos países europeus, particularmente do Sul. A Europa, de facto, encontra-se aprisionada na sua própria armadilha institucional: os Estados são obrigados a endividar-se nas instituições financeiras privadas que obtêm injeções de liquidez, a baixo custo, do Banco Central Europeu (BCE). Por conseguinte, os mercados têm em seu poder a chave do financiamento dos Estados. Neste Contexto, a ausência de solidariedade europeia incentiva e especulação, ao mesmo tempo que as agências de notação apostam na acentuação da desconfiança.**

**... Da Holanda a Portugal, passando pela França com a actual reforma das pensões, as prestações sociais estão em vias de ser severamente amputadas. Nos próximos anos, o desemprego e a precariedade do emprego vão seguramente aumentar. Estas medidas são irresponsáveis de um ponto de vista político e social, mas também num plano estritamente económico.**

**... Outras escolhas são possíveis e desejáveis, com a condição de libertar, desde já, o grande garrote imposto pela indústria financeira às políticas públicas ....”.**

E a CDU não pode deixar de salientar, também, que o PS e o PSD são inteiramente responsáveis pelo desenvolvimento desta política no nosso País, que nos levou à forte crise em que vivemos. E ambos os partidos são igualmente responsáveis por, agora, embora confrontados com a necessidade da luta contra os défices públicos, não terem como prioridade política, sobretudo, a procura da retoma do crescimento económico através de medidas de incremento da produção agrícola, da produção florestal, do desenvolvimento das pescas e da nossa indústria de modo a preservarmos a nossa soberania pela diminuição do nosso débito externo, única saída possível para a situação criada.

Cingindo-nos, porém, à análise política do Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2011, tendo como suporte a estrutura das Grandes Opções do Plano inseridas a folhas 35, que espelham o essencial da actuação do Executivo Municipal, **apenas podemos constatar que o total da verba orçamentado é inferior à de 2010 em 7.031.441 euros e que as principais prioridades na actividade camarária serão:**

- . primeira - a **Cultura, Desporto Tempos Livres**, onde se prevê gastarem-se **27,25% do total da despesa orçamentada;**
- . segunda - a **Coesão do Território e o Desenvolvimento das Freguesias**, com uma previsão de despesa de **13,41% do total orçamentado;**
- . terceira – os **Activos Financeiros**, com uma verba prevista de **12,32% do orçamentado;**
- . quarta – a **Educação**, com um gasto previsto de **11,83% do total da despesa orçamentada;**
- . quinta – as **Comunicações e Transportes**, com uma percentagem de **8,76 do total do orçamentado;**
- . sexta – a **Habitação e o Urbanismo** com **7,65 do total da verba orçamentada.**

Não nos parece possível dizer, com rigor, se estamos ou não de acordo com as prioridades apresentadas. Mas estranhámos os elevados valores atribuídos aos activos financeiros, sem qualquer justificação e, igualmente, que num Plano em que o Executivo, numa altura de crise, promete “uma afectação de recursos para áreas sociais, incentivos ao investimento e o bom aproveitamento dos fundos comunitários do QREN “, com o que concordamos, preveja para o Desenvolvimento Económico uma verba de 1.743.219 euros ( 4,13%), inferior em 2.407.781 euros à prevista para 2010 e, para a Segurança e Acção Sociais um montante de 886.635 euros ( 2,1% ), embora superior à deste ano em 105.135 euros.

**E não podemos dizer, com rigor, se estamos ou não de acordo com as prioridades apresentadas simplesmente por falta de dados que suportem uma opinião válida.**

**É que cada Pelouro não nos elucida, como em nossa opinião se lhes exigia, sobre os problemas que os afectam, quais as linhas orientadoras da acção a desenvolver para a sua resolução, nem sobre quais as actividades propostas, sua priorização e respectiva calendarização.**

**Apenas alguns exemplos:**

**Os responsáveis do pelouro da Educação conhecem, tendo em conta as centenas de desempregados existentes no concelho, o número de crianças que necessitam de um apoio social específico? E que apoios programaram?**

**Têm um apanhado das escolas que ainda não possuem os espaços pedagógicos considerados como necessários?**

**Sabem se efectivamente os programas de ensino, nomeadamente no 1º. CEB., estão a ser suficientemente cumpridos, especialmente na Área das Expressões, tão necessária ao desenvolvimento das nossas crianças? E, se não estão, tal problema é fruto da falta de preparação dos professores, nessa Área, ou também por falta de equipamentos e de materiais?**

**Foi feito algum levantamento dos benefícios ou dos prejuízos resultantes da integração das escolas nos grandes agrupamentos entretanto criados?**

**E o pelouro da Cultura, Desporto e Tempos Livres tem ou não, como linha orientadora da sua acção:**

- . **o respeito pela independência e pela autonomia da experiência cultural acumulada do movimento associativo?**
- . **o intuito de dotar o concelho de infra-estruturas que permitam, para além da justa divulgação e de fruição culturais, a criação artística?**
- . **a necessidade da criação de um pequeno grupo de animadores culturais que apoie e dinamize, tecnicamente, o movimento associativo do concelho?**

**E no pelouro do Urbanismo, que instrumentos de planeamento se estão a desenvolver? E nesses instrumentos é tido em atenção o que é característico e ainda válido no nosso concelho? Estão a ser desenvolvidos por quem tem um conhecimento profundo do território e das gentes que o habitam para que possam ser identificados os problemas existentes de forma à criação de novas centralidades que promovam um crescimento urbano harmonioso, preservem os valores culturais do concelho e defendam a qualidade dos novos espaços públicos?**

É possível que estes ou outros problemas tenham sido levantados, que estas ou outras linhas de orientação do trabalho existam. O problema é que não nos são transmitidas no Relatório de Actividades de modo a podermos proceder a uma análise suportada.

Em consequência da grave crise económica e financeira que vivemos, o Executivo Camarário apresentou-nos um Plano de Actividades e Orçamento, para o ano de 2011, com um decréscimo, tanto nas receitas como nas despesas de 6.211.737 euros, verificando-se, no lado das receitas, um brutal corte nas transferências correntes e de capital na importância de 9.445.899 euros e um aumento na venda de bens e serviços, de outras receitas correntes e de passivos financeiros de 3.744.057 euros e, no lado das despesas, um corte de 10.288.718 euros nas rubricas de pessoal, de aquisição de bens de capital e de transferências de capital e um acréscimo de 4.442.227 euros nas rubricas de aquisição de bens e serviços correntes e dos activos e passivos financeiros.

Porém, se não tivessem sido considerados, na receita, os 7.544.697 euros correspondentes a um empréstimo de médio e longo prazo e que, verdadeiramente não correspondem a uma receita, esse decréscimo seria de 13.756.434 euros.

Em resultado dos cortes decretados nos vencimentos do pessoal de 462.597 euros, é preocupante que o total da despesa corrente seja superior ao de 2010 em 43.884 euros, fruto do aumento em 823.727 euros registado na rubrica da aquisição de bens e serviços correntes.

De realçar, pela negativa, o facto do Executivo manter inalterada a taxa máxima do IMI, que mais uma vez declaramos como um assalto despudorado, sem qualquer justificação válida, à carteira dos contribuintes.

Preocupa-nos, igualmente, apesar de concordarmos que tudo terá de ser feito para se não perderem os fundos comunitários, que o montante dos empréstimos bancários esteja a atingir o máximo legalmente permitido.

Apesar de tudo , reconhecemos que o Plano de Actividades e Orçamento para 2011 incorpora preocupações e actividades que merecem o nosso apoio, nomeadamente:

- . o encorajamento do Conselho Económico e Social no sentido da dinamização da actividade económica, social e cultural do concelho;
- . a parceria da Autarquia iniciada com a Fundação Serralves, o IPVC e a Associação Empresarial para a promoção das empresas vianenses na modernização, arte e design;
- . a consolidação do Parque Empresarial de Lanheses, o início da infra-estruturação da zona industrial de Alvarães e os estudos das áreas de localização empresarial de Cardielos, Barrocelas e Vila Fria;
- . a continuação da aposta na reabilitação urbana com incentivos para os proprietários;
- . a iniciação de projectos de requalificação de várias escolas;
- . a criação do Centro de Investigação das Energias do Mar;
- . a optimização dos transportes públicos em articulação com a CIM-Minho/Lima;
- . etc... etc..

Assim, a CDU vai abster-se na votação do presente Plano de Actividades, assumindo desde já o compromisso de que reverá a sua votação quanto aos próximos Planos de Actividades se eles não expressarem os problemas existentes em cada Pelouro, se não explicitarem as linhas orientadoras das acções previstas e se não fornecerem a informação necessária para uma cabal percepção das razões justificativas das prioridades inseridas na estrutura das Grandes Opções dos Planos.

Viana do Castelo, 17 de Dezembro de 2011  
O eleito da CDU,

( António Gonçalves da Silva )

## (DOCUMENTO Nº 13)



Agrupamento Político da  
Assembleia Municipal de  
Viana do Castelo

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Ex.mos Srs. membros da Mesa da Assembleia Municipal

Ex.mos Srs. Deputados Municipais

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante Vereação

Ex.mos cidadãos de Viana do Castelo

No ano passado sugerimos ao executivo da Câmara Municipal que em exercícios futuros do Plano de Actividades e Orçamento, tivesse em consideração um maior detalhe da sua parte descritiva e que o mesmo fosse acompanhado das justificações e objectivos, das opções tomadas, sempre que possível com relatórios de execução orçamental, fazendo um esforço para que o Plano e Orçamento se assumam como um documento facilmente escrutinável que permitam ao cidadão comum perceber em detalhe as opções e suas justificações.

Registamos, no entanto que, apesar de algumas melhorias, os documentos seguem no essencial o formato anterior.

O Plano de Actividades e Orçamento aqui apresentado continua a inflexão tomada em 2010, nas Grandes Opções do Plano, nomeadamente dando prioridade à Educação, Cultura e Desporto, no apoio às Freguesias, na parte social e no Investimento na Infra-estruturação de serviços básicos ou que suportem novas actividades.

No entanto algumas destas opções podem estar parcialmente comprometidas já que o orçamento em algumas rubricas como a “Despesa com pessoal” ou “Aquisição de bens e serviços”, apesar da moderação no aumento de dotação dos últimos anos, continuam com valores excessivos em relação ao Orçamento global. Por outro lado, se parte deste aumento, nos últimos anos, era absorvido quer pelo aumento das transferencias centrais de verbas quer por endividamento o mesmo não pode voltar a acontecer já que há redução nas verbas centrais e o endividamento está quase no limite.

Propusemos também, no ano anterior, algumas medidas que permitiriam poupar alguns fundos quer ao município quer aos vianenses como a capitação dos custos de água e saneamento, em função do agregado familiar, ou um maior empenho na recolha de óleos alimentares, para transformação em biodiesel, ou o estudo do aproveitamento de energia geotérmica que podiam suportar parte da factura energética do



Agrupamento Político da  
Assembleia Municipal de  
Viana do Castelo

Minicípio, e a promoção de algumas actividades, principalmente na área ambiental, com incentivos económicos.

Apesar de algumas novas alterações registamos que muito pouco se avançou nestes aspectos.

Concluímos que o Plano podia ser mais ambicioso, transparente e realista envolvendo os vianenses na resolução dos problemas que ninguém resolverá por nós.

Por tudo isto, o Bloco de Esquerda irá abster-se neste Plano de Actividades e Orçamento, registando que, apesar de não corresponder genericamente às nossas prioridades, existem nele alguns aspectos que correspondem a uma evolução positiva relativamente a Planos anteriores.

Os deputados do Bloco de Esquerda





**Intervenção sobre o Plano de actividades e orçamento da  
Câmara Municipal e serviços municipalizados para 2011**

**17 de Dezembro de 2010**

Ex.ma Senhora Presidente da Mesa  
Ex.mo(s) Senhore(s) Secretário(s) da Mesa  
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal  
Ex.mo(s) Senhore(s) Vereadore(s)  
Ex.mos Senhores Deputados Municipais  
Senhores Jornalistas

Como é do conhecimento de todos, 2011 será um ano de forte contenção orçamental, em todos os organismos estatais, não sendo as autarquias excepção. Nesse sentido, a Câmara Municipal de Viana do Castelo terá que lidar com um corte que, entre quebras da dotação proveniente do Orçamento de Estado e diminuição de receitas próprias da autarquia, fruto do arrefecimento económico local, ultrapassará largamente 1,500.000 euros. Tal corte obrigaria, naturalmente, à elaboração de um orçamento de extremo rigor, garantindo, ainda assim, o regular funcionamento da instituição. Isso não acontece...

Sendo 2011 um ano em que a profunda crise económica e social em que nos encontramos já há demasiados anos, se vai adensar ainda mais, seria de esperar que este orçamento privilegiasse a vertente social de forma

especialmente incisiva e consequente, ao contrário do proposto. Sei que nesta altura o Sr. Presidente já preparará mentalmente uma resposta em que dirá algo como "são pobres e mal agradecidos", aludindo ao facto deste orçamento já contemplar parcelas de ajuda social, nomeadamente através da criação de um fundo de emergência social altamente propalado pela comunicação social de, pasme-se, **150 000€**, cujo objectivo será, em teoria, o de acudir a situações de emergente dificuldade. Vindo de alguém que passa o tempo a apontar o dedo, de forma crítica, às ideias e sugestões provenientes de todos os que não comungam da sua opinião, apelidando-os de "demagogos" e de "politiqueiros", destinar um valor desta monta para um problema com a dimensão real que tem, no contexto local, é na prática, aludir ao provérbio "bem prega Frei Tomás, faz como ele diz, não como ele faz."...

Com contas simples consigo explicar o fundamento do atrás exposto. Considerando valores por defeito, sabe-se que em Portugal estão em situação de pobreza 20% dos habitantes, valor que naturalmente será maior no nosso concelho, por comparação do PIB e do índice de Poder de Compra locais com a média nacional. Admitindo ainda assim o valor referencial para todo o território nacional, calcularemos 20% do total de habitantes no concelho, 91 000, o que dá 18 200 pessoas em situação de pobreza. Os **150 000€** destinados a acorrer a um universo potencial de 18 200 pessoas, dão, por cabeça, 68 cêntimos por mês... Um kg de arroz, para ser mais específico...

Se considerarmos que essa percentagem aumentará, seguramente, no próximo ano, fruto do aumento do índice de desemprego e da constante debilitação económica global, facilmente se conclui que a verba orçamentada

de social tem muito pouco, já que na prática, se esgotará ao fim do 2º mês. Quem é afinal demagógico e quem recorre a práticas de politiquice? Quem diz que uma ajuda de 68 cêntimos por mês é sadicamente insuficiente ou quem insiste que chega para fazer face à situação? Não deveria este orçamento reflectir de forma mais contundente um investimento concreto numa acção social verdadeiramente capaz, abrangente e, sobretudo, consequente? Eu bem sei que o "cobertor é curto" e que ao tapar-se a cabeça, se destapam os pés, mas há que assumir com coragem, perante os parceiros habituados a subsistir à custa de subsídios camarários, que hoje as prioridades são outras, deixando para melhores dias qualquer outro investimento que não seja tido como prioritário, ou seja, que não incida de forma directa e fundamental na vida dos vianenses.

Seria de bom senso, ainda, aproveitar o momento de austeridade para pôr, finalmente, as contas em ordem. Sim, também já sei o que me vai dizer: que as contas estão em ordem, que está tudo controlado... Se assim pensa, então é ainda mais grave, pois denota inconsciência quanto aos números divulgados pelo próprio executivo. A título de exemplo, vejamos os seguintes dados relativos à dívida a fornecedores: em 2007, fechou-se o ano com **5 406 000€** de dívida; em 2008, **8 721 000€**; em 2009, **8 982 000€** e em 2010, ultrapassou, tentando quiçá imitar o resultado do CDS-PP nas últimas legislativas, a barreira dos 2 dígitos (em milhões de euros), com uns surpreendentes **10 082 000€** (ver gráfico 1). De facto, sim, são números que provam que as contas estão em ordem e que os motivos para preocupação existem apenas nas cabeças dos "profetas da desgraça" da oposição, esses politiquiceiros irresponsáveis... Com o pessoal também está tudo em ordem e controlado. Vejamos então o controlo e a ordem: em 2006 tínhamos uma despesa com o pessoal de **10 751 000€**; em 2010, **17 074**

000€ e em 2011 prevêem-se 16 611 000€. Absolutamente tudo controlado, uma vez mais, como comprova o aumento de 65% com despesas de pessoal em 4 "longos anos". No campo da relação entre a receita de impostos directos e a despesa com pessoal, também está tudo controlado. Ou melhor, estava em 2006, quando esta apresentava um *superavit* de mais de 2 000 000€. Em 2010, a mesma relação inverteu-se, existindo agora um *défice* de mais de 2 500 000€ e em 2011 será ainda superior a 2 000 000€. Resumindo, contas controladíssimas, sr. Presidente. Imagine-se se não estivessem... Mas há mais: numa lógica de perfeita subversão, vocês interpretaram o princípio instituído na função pública de "saem 2, entra 1", como "sai um, entram 2". Só isso pode explicar o aumento de pessoal ao serviço do município verificado nos últimos anos, passando de 622 para 850 num espaço de poucos anos. Também aqui se denota o perfeito controlo sobre a situação.

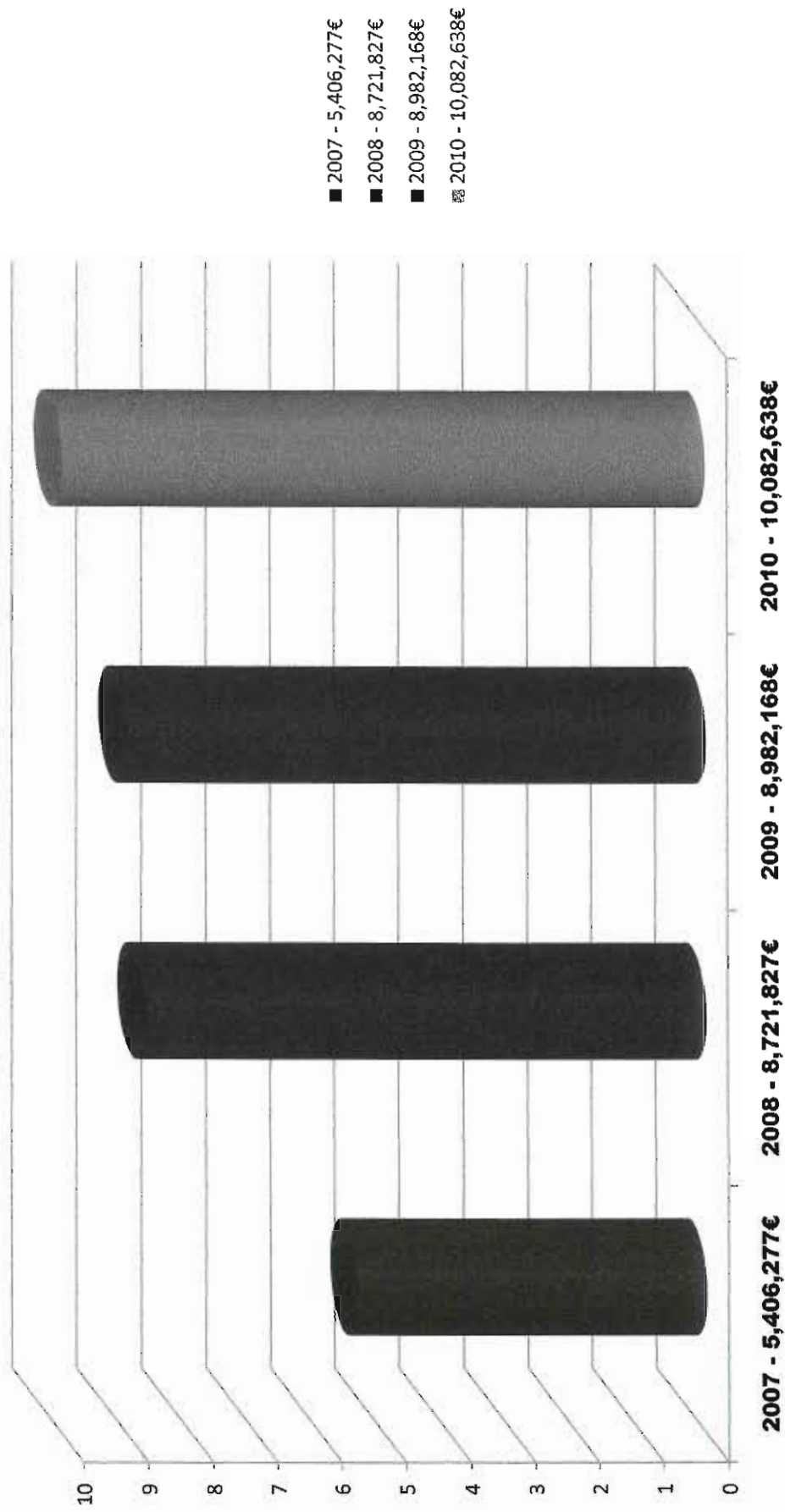
Como pode verificar, sr. Presidente, temos todos os motivos para estarmos descansados, pois tudo corre bem, dentro do previsto. Vai ver que um dia acorda e, estremunhado, perceberá que tudo não passou de um sonho...

Viana do Castelo, 17 de Dezembro de 2010

Pel' O Agrupamento Político do CDS-PP

  
(José Carlos Freitas)

## Dívidas a fornecedores



## GRUPO PARLAMENTAR PSD

Sra. Presidente da Assembleia e restantes elementos da mesa,  
Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores,  
Srs. Deputados e demais presentes,

Sr. Presidente,

Seria possível viver sem este orçamento? Seria, mas não era a mesma coisa!

Sem maçá-los com números, existem todavia questões que não podem passar em claro nesta Assembleia:

- Despesa Total 2005 = 38.975.369,00EUR
- Despesa Total 2011 (orçamento) = 70.488.832,00EUR
- $\Delta$  = 31.513.463,00EUR - Só!

Neste evoluir da despesa assume especial relevo o aumento de cerca de 6.330.000,00EUR nas Despesas com Pessoal entre 2005 e 2009 e o aumento de cerca de 4.700.000,00EUR na Aquisição de Bens e Serviços em igual período. O endividamento bancário atingirá os quase 28.000.000,00EUR em 2011!

O PSD não pode votar favoravelmente este Orçamento. Este orçamento reflecte, é certo, os grandes constrangimentos económicos que atravessamos actualmente na economia nacional e internacional. Mas acima de tudo, este orçamento é o corolário de demasiados anos de erros acumulados do Partido Socialista na gestão da Câmara Municipal. Os erros são mais fáceis de detectar quando as dificuldades são maiores porque, nessas alturas, temos de verdadeiramente ser mais competentes do que nunca.

Há uma questão de princípio subjacente: o Sr. Presidente insiste em não dar verdadeiramente contas aos Vianenses acerca de todas as questões graves mantidas em aberto, sem resposta nem solução à vista, e que são a causa principal do estrangulamento económico do Concelho. Insiste na mesma condução política que transita do seu antecessor, na qual também intervinha, com uma diferença, cada vez há mais evidências de desespero. E entenda como um elogio de carácter, Sr. Presidente, o facto de eu achar que não consegue disfarçar tão bem. Faltam ideias, falta dinheiro, faltam soluções para atrair mais actividade económica e para saber mantê-la, falta dinheiro para as freguesias, faltam respostas..., em suma, falta estratégia ao executivo.

E já agora, falta também solução para o Coliseu (que afinal vai ser pago com o dinheiro dos contribuintes, como ainda há dias o Sr. Presidente parece ter reconhecido), para o Mercado, para a Viana Polis, para o Campo da Agonia, para o Parque da Cidade...enfim, prometi-lhes que não me ia repetir.

Este documento não seria certamente o nosso Plano nem o Nosso Orçamento. Votaremos contra.

SMSBVC: pela forma como nos é transmitida a informação que consta neste Orçamento, bem diferente da apresentada no Orçamento da Câmara Municipal, demonstrando maior rigor e contenção, o PSD

~~abstém-se.~~ ABSTER-SE-IA CASO ESTE FOSSE VOTADO SEPARADAMENTE.

Grupo parlamentar do PSD.

Viana do Castelo, 17 de Dezembro de 2011.



(DOCUMENTO Nº 16)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

AGRUPAMENTO POLÍTICO DO CDS-PP

---

**Declaração de voto acerca do “Plano de actividades e orçamento”**

**17 de Dezembro de 2010**

O agrupamento político do CDS-PP vota **contra** o “Plano de actividades e orçamento” da CMVC e dos SMSB para o ano de 2011, fundamentando-se nos seguintes pontos:

- É um orçamento que, apesar de contido, por força das circunstâncias, continua a apontar num sentido que consideramos errado, alheio à realidade sócia-económica local, não apresentando soluções para a dinamização da economia local, bem como do reforço do tecido empresarial;
- A despesa corrente continua com dotação prevista acima dos 30 milhões de euros, devendo, no entanto, situar-se nos valores anteriores a 2008, ano das comemorações dos 750 anos da atribuição do foral;
- A taxa de execução da despesa corrente, seguindo a linha de anos anteriores, estará perto dos 100%, inversamente proporcional ao que acontece com as rubricas de investimento, subvertendo o que seria desejável;
- Não apresenta medidas concretas e credíveis para a redução/contenção da despesa, aumentando a despesa primária, consequência do recrutamento de pessoal;
- Mantém o organograma de pessoal inalterado, com um elevadíssimo número de quadros dirigentes superiores e intermédios, onerando ainda mais a despesa com pessoal, de forma que consideramos simplesmente insustentável;



- Toda a receita gerada através da cobrança de impostos, taxas e demais penalidades, é totalmente gasta (e não chega...), na despesa com o pessoal, aumentando ainda mais esse deficit, desequilibrando em consequência a já desequilibrada equação orçamental;
- Prevê o avançar do crescimento, até 28 milhões de euros, do endividamento do município, acrescido do respectivo aumento de encargos financeiros a cumprir;
- Mantém (ou sobe) a despesa com o "Coliseu", sem que haja perspectivas reais de soluções de financiamento, prevendo o gasto de uns adicionais 6 milhões de euros, valor 4 vezes superior ao do corte orçamental imposto pelo Orçamento de Estado, já de si elevado;
- Continua a apresentar programas sociais manifestamente escassos e inconsequentes, fazendo sua bandeira política a criação de um fundo social de emergência, de finalidade meramente propagandística e na prática utópica, já que permite apenas auxiliar em 68 cêntimos mensais cada uma das pessoas potencialmente abrangidas.

*Viana do Castelo, 17 de Dezembro de 2010*

*O Agrupamento Político do CDS-PP*

Mário Carlos Freitas  
Alfredo Augusto Pereira Reis  
Ana Cristina Alves Aguiar  
Manuel Ságuas



Câmara Municipal de Viana do Castelo

1

## CERTIDÃO

- - - GEORGINA MARIA FERREIRA MARQUES, COORDENADOR TÉCNICO DA SECÇÃO DE ACTAS E APOIO AOS ORGAOS AUTARQUICOS (DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL) DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO: -----

- - - Certifico, a requerimento verbal do Senhor Presidente desta Câmara Municipal e para uso exclusivo da mesma, que da acta da reunião desta mesma Câmara realizada no dia quatro de Novembro findo, consta a seguinte deliberação: -----

- - - (14) ADITAMENTO AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE MEDIO PRAZO -

**INVESTIMENTO PARQUES EMPRESARIAIS:-** Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a proposta que a seguir se transcreve:- "**PROPOSTA - ADITAMENTO AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO PRAZO -INVESTIMENTO EM PARQUES EMPRESARIAIS** - Em 2008 a Câmara e Assembleia Municipais aprovaram a contracção de um empréstimo de médio prazo para investimento na ampliação dos Parques Empresarias de Lanheses e Neiva / Alvarães. Este empréstimo destinou-se a aquisição de terrenos e a obras de infra-estruturação de acordo com os projectos executados para acolhimento das intenções de investimento empresarial manifestadas á Autarquia. A morosidade dos procedimentos administrativos dos processos expropriativos de terrenos e a crise económica que afectou a actividade empresarial industrial no final do ano passado e o seu agravamento ao longo do corrente ano, levaram a que os processos de venda dos lotes ainda não se efectivassem na sua totalidade, por dificuldades das empresas. O atraso na conclusão do processo das vendas dos lotes de terreno das áreas empresariais, associada à actual conjuntura desfavorável financeira do país, que originou cortes nas transferências da Administração Central para o Município de Viana do Castelo e a quebra de receitas próprias da Autarquia justificaram, que o Município de Viana do Castelo solicitasse à Entidade Bancária a alteração do ponto 8.3. da cláusula 8.º do contrato mútuo, **para que o pagamento do empréstimo fosse dilatado de quatro prestações semestrais para dezasseis prestações semestrais**, mantendo-se as restantes condições do contrato. Importa referir que, a classificação do empréstimo, conforme o n.º 2 do artigo 38.º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, se mantém inalteradas nesta proposta de aditamento. Assim, face ao exposto propomos a aceitação destes novos termos do contrato de financiamento, mantendo a taxa de juro favorável (Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,5 %), criando



condições para que a Autarquia suporte este esforço financeiro da amortização do capital contratado por um período mais alargado, de acordo com o previsto na legislação. (a José Maria Costa.". A Câmara Municipal deliberou aprovar a transcrita proposta e ao abrigo das disposições conjugadas da alínea d) do n.º 2 do art.º 53º e da alínea a) do n.º 6 do art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, bem como dos n.ºs 4 e 5 do artigo 38º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, conjugado com o artº 6º do Decreto-Lei n.º 258/79, de 28 de Julho, solicitar autorização à Assembleia Municipal para alteração do ponto 8.3. da cláusula 8.º do contrato mútuo, **para que o pagamento do empréstimo fosse dilatado de quatro prestações semestrais para dezasseis prestações semestrais**, mantendo-se as restantes condições do contrato. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presentes o Presidente da Câmara e os Vereadores Vítor Lemos, Ana Margarida Silva, Luis Nobre, Carvalho Martins, Mário Guimarães, Ana Palhares e Aristides Sousa. -----

--- **Está conforme o original.** -----  
--- **A acta de que consta a transcrita deliberação foi aprovada em minuta no final da mesma reunião.** -----  
--- **Viana do Castelo e Departamento de Administração Geral, dezassete de Dezembro do ano dois mil e dez.** -----

## GRUPO PARLAMENTAR PSD

### (3) – ADITAMENTO AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO PRAZO – INVESTIMENTO PARQUES EMPRESARIAIS

A respeito deste ponto da ordem de trabalhos, e porque é um assunto que aos parques empresariais diz respeito, foi, pelo grupo parlamentar do PSD, levantado em Sessão anterior desta Assembleia o assunto do Parque Empresarial de Lanheses.

O Sr. Presidente fez o favor de nos informar que mantém as expectativas de que a entidade que pretendia instalar-se naquele local, o venha efectivamente a fazer no futuro, esperemos que próximo. Justificou este adiamento com os constrangimentos económicos que actualmente atravessamos.

O que não entendemos, reitero, e discordamos, é a forma como a Câmara Municipal se precaveu relativamente à possibilidade que acabou por acontecer. Foi efectuado o investimento num projecto até agora falhado, que possivelmente terá algo a ver com estes contratos de empréstimos.

Julgo que posteriormente à anterior intervenção do PSD, terá sido tomada alguma iniciativa no local de forma a pelo menos remediar a situação de utilização daquelas infra-estruturas cuja construção foi da responsabilidade da Câmara Municipal.

Todavia, insisto que permanecem questões por resolver:

Nos acordos de expropriação dos terrenos (final do ano de 2008), estaria previsto que os proprietários receberiam 50% do valor no acto de efectivação desse mesmo acordo, sendo os restantes 50% pagos no acto da escritura. Ora essa escritura seria celebrada no prazo máximo

de 60 dias a contar da data de publicação da declaração de utilidade pública.

De acordo com o descrito tenho duas questões a colocar ao Sr. Presidente:

1. A Declaração de Utilidade Pública já foi emitida?
2. Para a construção das referidas infra-estruturas existiu algum estudo de impacto ambiental?

Acerca do ponto em apreço, é dito, em prova da verdade que vimos defendendo, "(...) este empréstimo destinou-se a aquisição de terrenos e a obras de infra-estruturação de acordo com os projectos executados para acolhimento das INTENÇÕES DE INVESTIMENTO EMPRESARIAL MANIFESTADAS À AUTARQUIA (...)".

Não compreendemos como se fazem investimentos desta envergadura em função de intenções.

Pela inevitabilidade da proposta, dado os constrangimentos económicos da Câmara Municipal, votaremos favoravelmente, muito embora não estejamos em posse da informação do que tal medida significa concretamente em termos de custos para a Autarquia.

Viana do Castelo, 17 de Dezembro de 2010.

GRUPO PARLAMENTAR DO PSD.



## **CERTIDÃO**

**- - - GEORGINA MARIA FERREIRA MARQUES, COORDENADOR TÉCNICO DA SECÇÃO DE ACTAS E APOIO AOS ORGAOS AUTARQUICOS (DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL) DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO: -----**

**- - - Certifico, a requerimento verbal do Senhor Presidente desta Câmara Municipal e para uso exclusivo da mesma, que da minuta da acta da reunião desta mesma Câmara realizada no dia treze de Dezembro corrente, consta a seguinte deliberação: -----**

**- - - (03) REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO, CONFORME DECRETO-LEI Nº 305/209, DE 23 DE OUTUBRO:-**

Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:-  
"PROPOSTA DE REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO -  
ESTRUTURA NUCLEAR - A estrutura dos serviços do município de Viana do Castelo foi alterada por deliberação da Assembleia Municipal de 29 de Fevereiro de 2008 e publicada no Diário da República, II Série, nº 70, de 9 de Abril de 2008. De seguida foram providos os lugares de pessoal dirigente, procedimentos concursais que terminaram em Maio do corrente ano. Entretanto foi publicado o Decreto-Lei nº. 305/2009, em 23 de Outubro, que, no seu artigo 19.º determina que as câmaras municipais devem proceder à revisão das suas estruturas organizacionais, em conformidade com este diploma, até 31 de Dezembro de 2010. Nestes termos, suportando-se no modelo legal actualmente vigente, procede-se à elaboração da presente estrutura nuclear dos serviços.

### **Nota Justificativa**

O Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, estabelece um novo enquadramento jurídico dos serviços das autarquias locais. Neste contexto, o Município de Viana do Castelo procede à reestruturação dos serviços, visando desenvolver um efectivo reforço no domínio da racionalização e optimização dos meios humanos e materiais disponíveis para o exercício da missão do serviço público que lhe está legalmente confiada.

De acordo com o diploma acima mencionado a organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica devem orientar-se pelos princípios da unidade e eficácia da acção, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afectação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais.



Pretende-se orientar a Câmara Municipal para uma resposta célere, eficiente e eficaz às necessidades dos Munícipes, de forma a aumentar a sua confiança nos serviços, nos colaboradores e agentes da administração local, facilitando assim o exercício dos seus direitos e o cumprimento das suas obrigações.

Determina o diploma em referência que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a aprovação do modelo de estrutura orgânica (estrutura hierarquizada, matricial ou mista) e de estrutura nuclear (departamentos), definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares, bem como o número máximo de unidades orgânicas flexíveis (divisões), subunidades orgânicas, equipas multidisciplinares e equipas de projecto.

Pretende-se pois, que o presente modelo organizacional, respeite os princípios que são elencados no Decreto -Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, na certeza de que os mesmos vão proporcionar a simplificação administrativa assente na melhoria contínua.

Assim, nos termos do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, da alínea n) do n.º 2 do artigo 53.º e da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na versão actual e do artigo 6.º do Decreto -Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, é aprovado o Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Viana do Castelo - Estrutura Nuclear.

## CAPÍTULO I Estrutura Orgânica e Princípios Gerais

### Artigo 1.º

#### Da Estrutura Organizacional

1. Os serviços de Viana do Castelo organizam-se internamente de acordo com o modelo de estrutura hierarquizada, previsto nos artigos 9.º, n.º 1, alínea a) e artigo 10.º, ambos do Decreto -Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.
2. O modelo de estrutura hierarquizada compreende:
  - a) Estrutura nuclear — composta por unidades orgânicas nucleares — departamentos municipais, cuja designação e respectivas atribuições são definidas no presente regulamento;
  - b) Estrutura flexível — composta por unidades orgânicas flexíveis — divisões municipais, a criar por deliberação da Câmara Municipal, mediante proposta do Presidente, tendo em conta os limites fixados no presente regulamento;
  - c) Quando estejam predominantemente em causa funções de natureza executiva, podem ser criadas, no âmbito das unidades orgânicas flexíveis, subunidades orgânicas coordenadas por um coordenador técnico, por despacho do Presidente da Câmara, tendo em conta os limites fixados no presente regulamento.

### Artigo 2.º

#### Objectivos gerais

Na prossecução das atribuições próprias do Município de Viana do Castelo, os serviços



municipais orientam-se pelos seguintes objectivos:

- a) A realização plena, oportuna e eficiente das acções e tarefas definidas para o desenvolvimento socioeconómico do concelho, designadamente, as grandes opções do plano e as constantes dos planos estratégicos e dos planos municipais de ordenamento do território;
- b) A melhoria da eficácia e da transparência da administração;
- c) A prossecução de elevados padrões de qualidade dos serviços prestados à população e a respectiva adequação às necessidades e à dinâmica do desenvolvimento do concelho;
- d) O máximo aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, no quadro de uma gestão racional;
- e) A promoção da participação organizada, responsável e sistemática, dos agentes socioeconómicos e da sociedade civil em geral, nas decisões e na actividade administrativa municipal, ao abrigo dos direitos que lhes estão constitucional e legalmente conferidos, nomeadamente através do Conselho Económico e Social, Comissão Municipal de Trânsito, Conselho Municipal de Educação e outros;
- f) A valorização cívica e profissional dos trabalhadores municipais.

### **Artigo 3.º**

#### **Princípios gerais**

Para além do respeito pelos princípios gerais de organização e actividade administrativas, os serviços municipais regem-se, na sua actuação, pelos seguintes princípios:

- a) O princípio da administração aberta, permitindo a participação procedimental dos interessados, através do acesso aos processos que lhes digam respeito, numa permanente atitude de aproximação e interacção com a população e de comunicação, informação e convergência entre o Município e a comunidade;
- b) O princípio da eficácia, visando a óptima aplicação dos meios disponíveis à prossecução do interesse público de âmbito municipal;
- c) O princípio da coordenação dos serviços, procurando a necessária articulação entre as diferentes unidades orgânicas e tendo em vista dar celeridade e integral execução às decisões dos órgãos municipais;
- d) O princípio da racionalidade de gestão, impondo a utilização permanente e equilibrada de critérios técnicos, económicos e financeiros que visem uma melhor justiça e equidade na tomada de decisão;
- e) O princípio da qualidade e inovação, correspondendo à necessidade da contínua introdução de soluções adequadas sob os pontos de vista técnico, organizacional e metodológico que permitam a desburocratização e o aumento da produtividade e conduzam à sucessiva elevação da qualidade dos serviços prestados à população;
- f) O princípio da co-responsabilização, através da participação dos titulares dos cargos de direcção e chefia na preparação das decisões administrativas, sem prejuízo da celeridade e eficiência no procedimento.

### **Artigo 4.º**

#### **Princípio da Responsabilização dos Dirigentes**

1. Aos dirigentes dos serviços municipais são exigidas responsabilidades técnicas, de gestão, de liderança, bem como o cumprimento do quadro normativo existente e o respeito pelos princípios gerais de gestão;
2. A actividade dos dirigentes deve pautar-se por um elevado profissionalismo, assente na assunção de responsabilidades, no espírito de iniciativa e decisão, na capacidade de





- inovação, numa firme e pedagógica exigência profissional dos seus subordinados;
3. A função responsável de dirigente passa pelo cabal cumprimento dos planos aprovados, pela rendibilização dos recursos afectos aos serviços, por uma atitude inovadora em termos organizacionais e tecnológicos e por uma correcta liderança dos recursos humanos que integram cada unidade orgânica.

## CAPÍTULO II Estrutura Nuclear

### Artigo 5.º

#### Unidades Orgânicas Nucleares

1. O Município de Viana do Castelo, para prossecução das atribuições que legalmente lhe cabem, define que a estrutura nuclear dos serviços é composta pelas seguintes unidades orgânicas nucleares — departamentos:
  - a) Departamento de Administração Geral;
  - b) Departamento de Conservação e Valorização do Património;
  - c) Departamento de Dinamização Cultural;
  - d) Departamento de Educação e Qualidade de Vida;
  - e) Departamento de Ordenamento do Território e Ambiente;
  - f) Departamento de Obras Públicas;
2. Os departamentos enquadram a acção das unidades orgânicas flexíveis que os integram, por referência às áreas de intervenção do Departamento.
3. Os departamentos poderão ainda integrar as subunidades orgânicas que venham a ser criadas por Despacho da Presidente da Câmara Municipal.
4. As competências dos Directores de Departamento coenvolvem as dos Chefes de Divisão integrados nos respectivos Departamentos.
5. Compete, em geral, aos Directores de Departamento dirigir as unidades orgânicas flexíveis postas na sua dependência, praticando os actos de fiscalização e superintendência das respectivas unidades.

### Artigo 6.º

#### Departamento de Administração Geral

Sem prejuízo do disposto na legislação específica aplicável para o cargo de direcção intermédia de 1º grau, ao Director do Departamento de Administração Geral compete:

- a) Assistir às reuniões da Câmara Municipal e redigir e subscrever as respectivas actas;
- b) Exercer as funções de notário privativo do Município;
- c) Exercer as funções de órgão de execução fiscal administrativa;
- d) Assegurar a gestão e zelar pela segurança e conservação das instalações e equipamentos adstritos ao departamento.

### Artigo 7º

#### Departamento de Conservação e Valorização do Património

Compete ao Departamento de Conservação e Valorização do Património:

- a) Coordenar a gestão e zelar pela segurança, conservação e valorização de edifícios e equipamentos municipais adstritos ao departamento, espaços públicos, jardins e outros espaços naturais;
- b) Acompanhar a execução das obras promovidas por privados, cujo fim seja a integração no



- património Municipal;
- c) Propor acções no âmbito da eficiência energética.

#### **Artigo 8º**

##### **Departamento de Dinamização Cultural**

Compete ao Departamento de Dinamização Cultural:

- a) Conhecer, preservar, valorizar e promover o património histórico-cultural do município, podendo propor e estabelecer parcerias para a defesa e promoção desse património, bem como promover e apoiar iniciativas das associações e instituições culturais do concelho;
- b) Propor a aquisição ou implementação de novas infra-estruturas e bens culturais, bem como coordenar a gestão e zelar pela segurança e conservação dos edifícios e equipamentos adstritos ao departamento;
- c) Elaborar e propor o programa de dinamização cultural para a rede de equipamentos municipais; gerir e coordenar os programas culturais do teatro, biblioteca, museus, núcleos museológicos e outros equipamentos que venham a ser criados ou geridos pelo município e propor e coordenar as acções de promoção turística e cultural do município;

#### **Artigo 9º**

##### **Departamento de Educação e Qualidade de Vida**

O Departamento de Educação e Qualidade de Vida tem por atribuições gerais:

- a) Propor e coordenar acções tendentes ao desenvolvimento de um município saudável, inclusivo e promotor da inovação e do conhecimento;
- b) Coordenar a gestão e zelar pela segurança e conservação dos edifícios e equipamentos adstritos ao departamento;
- c) Promover uma planificação estratégica da intervenção social, da promoção da saúde e do bem-estar da população, e do apoio ao associativismo.

#### **Artigo 10º**

##### **Departamento de Ordenamento do Território e Ambiente**

1. Compete ao Departamento de Ordenamento do Território e Ambiente assegurar a qualidade urbanística e o ordenamento sustentável do território, através da elaboração e do acompanhamento de instrumentos de gestão territorial, e da apreciação e acompanhamento das acções relativas ao processo de ocupação, uso e transformação do solo.
2. Compete, ainda, assegurar a gestão e zelar pela segurança e conservação dos edifícios e equipamentos adstritos ao Departamento.

#### **Artigo 11º**

##### **Departamento de Obras Públicas**

1. Compete ao Departamento de Projecto e Obras Públicas gerir a concepção e construção dos empreendimentos municipais, desde a elaboração dos projectos, até à recepção das obras camarárias, e das obras promovidas por privados cujo fim seja a integração no património municipal.
2. Compete, ainda, assegurar a gestão e zelar pela segurança e conservação dos edifícios e equipamentos adstritos ao Departamento.



### **CAPÍTULO III** **Estrutura Flexível**

#### **Artigo 12.º**

##### **Unidades Orgânicas Flexíveis**

1. É fixado em 22 o número total de unidades orgânicas flexíveis — Divisões Municipais, a constituir nos termos do artigo 7.º alínea a) e do artigo 10.º, n.os 3 e 4 do Decreto -Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.
2. Dentro dos limites previstos no número anterior, é autorizada a criação de 1 (uma) unidade orgânica flexível não integrada em Departamentos.

#### **Artigo 13.º**

##### **Subunidades orgânicas**

É fixado em 17 o número total de subunidades orgânicas, a constituir nos termos do artigo 10.º, n.º 5 do Decreto -Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.

#### **Artigo 14.º**

##### **Organograma**

O organograma consta do Anexo I, que faz parte integrante do presente Regulamento.

### **CAPÍTULO IV** **Disposições Finais**

#### **Artigo 15.º**

##### **Revogação**

Com a entrada em vigor da estrutura nuclear e da estrutura flexível do Município de Viana do Castelo, fica revogado o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais do Município de Viana do Castelo, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 70, de 9 de Abril de 2008.

#### **Artigo 16.º**

##### **Entrada em Vigor**

O Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Viana do Castelo - Estrutura Nuclear e a Estrutura Flexível entram em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República, de acordo com o disposto no artigo 10.º, n.º 6 do Decreto -Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.

(a) José Maria Costa.". O Vereador Carvalho Martins referiu que a Câmara Municipal deveria aproveitar esta oportunidade para reduzir a sua estrutura, que considerou ser excessivamente pesada e onerosa, demandando uma reformulação na óptica da poupança e da simplificação. Mais adiantou que os Vereadores do PSD irão abster-se pelo facto de o Presidente da Câmara ter afirmado que num futuro próximo se irá proceder à revisão da estrutura orgânica dos Serviços Municipais. Em resposta a esta intervenção o Presidente da Câmara esclareceu que a actual estrutura dos Serviços Municipais é muito recente, e a sua implementação prática só terminou em Maio do corrente ano com o provimento do cargo de Chefe de Divisão Jurídica, parecendo-lhe razoável que só decorrido um ano sobre tal facto se faça um balanço da nova



estrutura introduzindo então as alterações que se mostrem adequadas e convenientes em função da experimentação do modelo actual. As alterações da organização são sempre processos complexos, até pelos procedimentos administrativos que envolvem designadamente para provimento dos novos lugares criados pelo que faz sentido proceder à sua avaliação ao fim de pelo menos um ano, para não introduzir factores de instabilidade na organização, prejudicando a eficácia e eficiência dos Serviços Municipais. A Câmara Municipal deliberou ao abrigo da alínea n) do n.º 2 do artigo 53.º e da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, conjugado com o artigo 6.º do Decreto -Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, aprovar o transcrito Regulamento e submete-lo a aprovação da Assembleia Municipal. Esta deliberação foi tomada por maioria com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores Vítor Lemos, Ana Margarida Silva, Luís Nobre, Maria José Guerreiro e a abstenção dos Vereadores Carvalho Martins, Mário Guimarães e Ana Palhares. -----

**--- Está conforme o original. -----**

**--- A acta de que consta a transcrita deliberação foi aprovada em minuta no final da mesma reunião. -----**

**--- Viana do Castelo e Departamento de Administração Geral, dezassete de Dezembro do ano dois mil e dez. -----**

*Georgina Gusqu*



## CERTIDÃO

- - - **GEORGINA MARIA FERREIRA MARQUES, COORDENADOR TÉCNICO DA SECÇÃO DE ACTAS E APOIO AOS ORGAOS AUTARQUICOS (DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL) DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO:** -----

- - - **Certifico, a requerimento verbal do Senhor Presidente desta Câmara Municipal e para uso exclusivo da mesma, que da acta da reunião desta mesma Câmara realizada no dia quinze de Novembro findo, consta a seguinte deliberação:** -----

- - - **(06) REABILITAÇÃO URBANA - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DAS TAXAS PARA**

**2011:-** Pelo Vereador Luis Nobre foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:-

**"PROPOSTA - PRORROGAÇÃO DA MEDIDA, EXCEPCIONAL, DE REDUÇÃO DE 50% DO VALOR FINAL DAS TAXAS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO EM OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE REABILITAÇÃO PARA O ANO DE 2011** - Da alteração ao "Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas de Urbanização e Edificação", que entrou em vigor em 10 de Agosto de 2010, resultou a medida, excepcional, de redução de 50% do valor final das taxas de urbanização e edificação em operações urbanísticas de REABILITAÇÃO até final do ano de 2010. Neste momento, e fruto da avaliação já materializada, são claramente positivos todos os indicadores evidenciados, nomeadamente o aumento significativo do número de processos de Reabilitação, pelo que se conclui, da excelência da medida do Executivo Municipal. Conscientes dos indicadores alcançados, bem como acreditarmos da mais-valia dos incentivos à temática da reabilitação para animar e promover a economia e o investimento, essencialmente, pelo momento de dificuldades socioeconómicas causadas pela conjuntura económica e financeira actual e prevista para 2011, proponho à Digníssima Câmara o prolongamento da medida para o ano de 2011, ficando o art.º 58.º-A [Norma transitória] com a seguinte redacção:- "1 - Até final de 2011, o deferimento dos pedidos de licenciamento relativos a obras de reabilitação beneficiam de uma redução de 50% do valor das taxas a cobrar, no acto da respectiva liquidação. 2 - ...". (a) Luis Nobre.". A Câmara Municipal deliberou aprovar a transcrita proposta e em consequência, ao abrigo do disposto na alínea a) do número 2 do artigo 53º conjugado com a alínea a) do numero 6 do artigo 64º ambos da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, remeter para aprovação da Assembleia Municipal da seguinte alteração ao:-



## REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO

(...)

### CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS E COMPLEMENTARES

(...)

#### Artigo 58.º-A

##### Norma transitória

1. Até final de 2011, o deferimento dos pedidos de licenciamento relativos a obras de reabilitação beneficiam de uma redução de 50% do valor das taxas a cobrar, no acto da respectiva liquidação.

2. (...)

Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presentes o Presidente da Câmara e os Vereadores Vítor Lemos, Ana Margarida Silva, Luis Nobre, Maria José Guerreiro, Carvalho Martins, Ana Palhares e Aristides Sousa. -----

--- Está conforme o original. -----

--- A acta de que consta a transcrita deliberação foi aprovada em minuta no final da mesma reunião. -----

--- Viana do Castelo e Departamento de Administração Geral, dezassete de Dezembro do ano dois mil e dez. -----

*Georgina Junqueira*



## CERTIDÃO

- - - GEORGINA MARIA FERREIRA MARQUES, COORDENADOR TÉCNICO DA SECÇÃO DE ACTAS E APOIO AOS ORGAOS AUTARQUICOS (DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL) DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO: -----

- - - Certifico, a requerimento verbal do Senhor Presidente desta Câmara Municipal e para uso exclusivo da mesma, que da acta da reunião desta mesma Câmara realizada no dia vinte e dois de Novembro findo, consta a seguinte deliberação: -----

- - - **(06) DESAFECTAÇÃO DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL EM DARQUE:-**

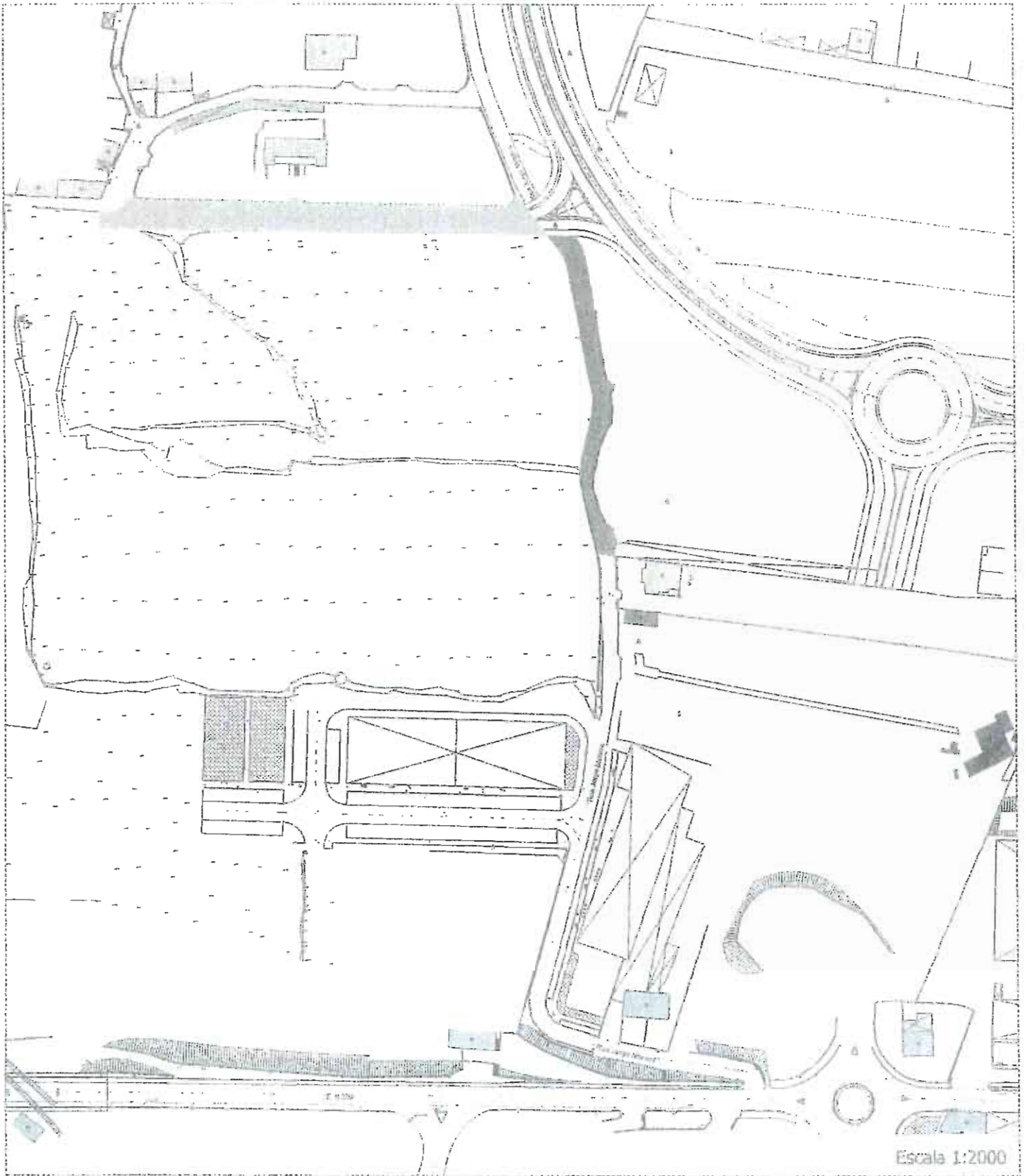
A Câmara Municipal deliberou desafectar do domínio público e posterior alienação da seguinte parcela de terreno:- Parcela de terreno com a área de 799,49 m<sup>2</sup>, sita na vila de Darque, que confronta a Norte e Sul com domínio publico, de Nascente com Normaster, Investimentos Imobiliários, Lda e a Poente com Viana Plaza/Besleasing. A Câmara Municipal deliberou proceder à desafecção do domínio público municipal da parcela de terreno atrás identificada, com vista à sua posterior integração no domínio privado do município, a fim de ser objecto de integração no lote de terreno destinado a permuta com parcela de terreno de natureza privada com a área de 1.786, 17 m<sup>2</sup>, sita na freguesia de Darque e que confronta a Norte com Alípio Viana Moreira Dias, a Sul com Vianaplaza/Besleasing, e de Nascente e Poente com domínio publico. Mais foi deliberado, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do número 4 do artigo 53º, conjugado com a alínea a) do número 6 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, a desafecção do domínio público da indicada parcela de terreno. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presente a totalidade de membros em efectividade de funções. -----

- - - **Está conforme o original.** -----

- - - **A acta de que consta a transcrita deliberação foi aprovada em minuta no final da mesma reunião.** -----

- - - **Viana do Castelo e Departamento de Administração Geral, dezassete de Dezembro do ano dois mil e dez.** -----

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Georgina Marques', written over a horizontal line.



Escala 1:2000



799,49m<sup>2</sup> - Caminho Público



1.786,17m<sup>2</sup> - a Parnutar





ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA

17/Dezembro/2010

**DESAFECTAÇÃO DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL  
PARA DOMÍNIO PRIVADO EM DARQUE**

(6º PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS )

SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL E RESTANTE MESA  
SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E VERAÇÃO  
SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS

A posição da CDU relativamente a DESAFECTAÇÃO DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA DOMÍNIO PRIVADO EM DARQUE é contra pelos seguintes motivos,

- 1º – A falta de fundamento do porquê e para quê da apresentação desta proposta.
- 2º – A falta de indicação nos documentos fornecidos à assembleia do valor desta troca.

Sendo que estas duas questões puderam não ser obrigatórias por lei estarem presentes nos documentos entregues, ainda assim consideramos que a bem da transparência devem ser do conhecimento desta Assembleia

3º – A CDU têm manifestado bastante preocupação no que diz respeito à freguesia de Darque, tendo feito um levantamento exaustivo que pretende dar conhecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, em audiência que já foi pedida e que esperamos que não leve o mesmo caminho do pedido feito pela CDU no passado mês de Junho, para o qual não obtivemos resposta. Assim sendo consideramos que a zona em que está prevista esta “desafectação” é bastante problemática, não havendo planificação e estando ao sabor dos interesses do poder económico, consideramos ainda que a Assembleia de Freguesia de Darque também deveria ser ouvida no que toca a iniciativas deste género.

Viana do Castelo, 17/12/2010

O Agrupamento Político da CDU  
O Deputado Municipal

# **INTERVENÇÃO SOBRE: “ORÇAMENTO E PLANO DE ACTIVIDADES PARA 2011”**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

DEZEMBRO - 2010

**ARMANDO SOBREIRO**

Exma. Senhora Presidente da mesa da Assembleia Municipal e respectivos membros;

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo e demais Vereadores;

Exmos. Senhores Deputados Municipais;

À Comunicação Social;

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Antes de abordar o tema que me traz aqui hoje – **Orçamento e Plano de Actividades para 2011** - permitam-me deixar uma pequena observação ao comentário do Sr. Presidente da Câmara sobre a minha intervenção na última Assembleia Municipal. Efectivamente, e apesar de Independente, sou Deputado Suplente do CDS-PP desta Assembleia pela Coligação "Juntos por Viana". Mas antes de ser "deputado" sou "cidadão vianense", e como cidadão, tenho todo o direito e o dever cívico de participar nestas sessões seja antes, durante ou depois da ordem do dia. Apenas tenho que respeitar o regimento.

### **Orçamento e Plano de Actividades da Câmara Municipal de Viana para 2011:**

Portugal é o que nós sabemos... Vivemos hoje uma aflição dolorosa e uma asfixia financeira cuja cura ainda não sabemos se existe. Sem dinheiro e com o crédito abalado, o Estado Português é obrigado a violentar os seus cidadãos. Espinhos dolorosos cravados sobretudo na carne dos mais necessitados, mas a atingir também, e progressivamente, a carne dos remediados:

- Impostos a roçar o confisco;
- Ajudas sociais a diminuírem rapidamente;
- Benefícios fiscais a serem cortados a torto e a direito;
- Redução dos salários dos funcionários públicos;
- Empresas a fecharem: Todos os dias novos recrutados a engrossar a legião do desemprego;
- As pessoas a contarem todos os magros tostões, tentando fazer aquilo que os desaustados governantes que temos tido nunca se preocuparam em fazer, controlar e equilibrar o orçamento;

Cortes em cascata, portanto. Numa espiral atordoadora que leva até a ter receio de abrir o jornal ou ver o telejornal, não vá vir por aí mais um novo PEC. Tudo sob a égide dos nossos governantes.

Pois bem... assistimos hoje à aprovação do Orçamento do nosso Município para 2011, em que o corte de 1.439.129,00€ nas transferências da Administração Central para o Município são evidentes, e a redução das receitas próprias uma realidade. Perante este cenário impõe-se de facto alguma acção:

- Reprogramação de alguns investimentos? Por que não ...;
- Reafecção de recursos para áreas sociais, educação, empreendedorismo, acolhimento e apoio àqueles que criam emprego e riqueza? Muito bem ... ;
- Tudo isto, mas sobretudo um corte na despesa primária. Efectivamente temos um Orçamento com propostas muito elaboradas em termos linguísticos, mas com pouca sustentabilidade prática em termos de opções concretas. Veja-se o pedido de autorização para a contracção de um empréstimo para "**apoio de tesouraria**", quando caminhamos perigosamente para o limite da nossa capacidade de endividamento. Com este orçamento o endividamento real irá crescer para os 28 milhões de euros quando o limite da nossa capacidade situa-se nos 30,6 milhões de euros. Mesmo assim, o Município continua a engordar em termos de meios humanos e materiais. Cerca de 1400 colaboradores é muita gente... é um encargo muito pesado... Será que fazem todos falta?

Em tempo de crise dá que pensar o peso excessivo das rubricas de "*Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres*" – Cerca de 40,0% das Grandes Opções do Plano – quando o "*Desenvolvimento Económico*" se fica pelos 4,13%. No seguimento das minhas intervenções nesta Assembleia, deixo aqui uma vez mais o alerta de que urge inverter esta tendência. Na qualidade de cidadão não tenho voto, mas ainda tenho o direito de me manifestar. E é com esse direito que manifesto aqui a minha preocupação pela espiral de endividamento que estamos a caminhar a troco de muito pouco. É pelas pessoas, por aquelas que directa ou indirectamente dependem deste município, pois com este rumo, a curto prazo terão em causa o seu salário. A realidade actual impõe uma governação mais prudente e sustentada, por forma a não por em causa as gerações futuras. É tempo de por a imagem e o ego de lado, e pensar mais nos outros... afinal, naqueles que nos elegeram e que acreditaram em nós. Estamos no Natal, tempo de Esperança e Amor. Vamos dar as mãos e acreditar que é possível fazer mais e melhor. Viana do Castelo e os Vianenses merecem o melhor de todos nós.